



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES**  
**AMAZÔNICAS**

**MEIRE VÂNIA FERREIRA ARAÚJO GUIMARÃES**

**PESCA ARTESANAL: SABERES E DESAFIOS DOS PESCADORES**  
**EM PORTO NACIONAL – TOCANTINS (1999 - 2022)**

**PORTO NACIONAL – TO**  
**2024**

**MEIRE VÂNIA FERREIRA ARAÚJO GUIMARÃES**

**PESCA ARTESANAL: SABERES E DESAFIOS DOS PESCADORES  
EM PORTO NACIONAL – TOCANTINS (1999 - 2022)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação História das Populações Amazônicas - PPGHISPAM da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito à obtenção do grau de Mestre em História das Populações Amazônicas – PPGHISPAM.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Santos Rodrigues

**PORTO NACIONAL - TO  
2024**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- G963p Guimaraes, Meire Vania Ferreira Araújo.  
Pesca Artesanal: saberes e desafios dos pescadores em Porto Nacional - Tocantins (1999 - 2022). / Meire Vania Ferreira Araújo Guimaraes. – Porto Nacional, TO, 2024.  
90 f.  
Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em História das Populações Amazônicas (PPGHSPAM), 2024.  
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Santos Rodrigues  
1. História. 2. Memória. 3. Pesca Artesanal. 4. Conhecimento Prático. I. Título

**CDD 901**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

**MEIRE VÂNIA FERREIRA ARAÚJO GUIMARÃES**

**PESCA ARTESANAL: SABERES E DESAFIOS DOS PESCADORES EM PORTO  
NACIONAL - TOCANTINS (1999 - 2022)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas. Foi avaliado para a obtenção do título de Mestre em História das Populações Amazônicas e aprovado em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 29/05/2024

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcelo Santos Rodrigues - UFT

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Célia Padovan - UFT

Prof. Dr. George Leonardo Seabra Coelho - UFT

## RESUMO

Este estudo visa compreender a dinâmica e os desafios enfrentados pela comunidade de pescadores artesanais na cidade de Porto Nacional, no estado do Tocantins, entre os anos de 1999 e 2022. O interesse por este tema surgiu da percepção da importância da pesca artesanal para além de uma atividade econômica, como parte integrante da história cultural do lugar. Ao longo dos anos, a comunidade de pescadores em Porto Nacional desempenha um papel significativo na sustentabilidade ambiental, na segurança alimentar e na coesão social da região banhada pelo Rio Tocantins. No entanto, transformações socioeconômicas, questões ambientais e mudanças políticas impactaram profundamente as práticas de pesca e o modo de vida dos pescadores. Essas mudanças ao longo do tempo fornecem *insights* importantes sobre a evolução da atividade pesqueira, as estratégias de adaptação adotadas pela comunidade nos novos tempos, as interações entre tradição e modernidade, e as formas de resistência e resiliência diante dos desafios impostos. O estudo também destaca a importância de políticas públicas adequadas e de uma gestão compartilhada dos recursos naturais para garantir a sustentabilidade e a sobrevivência da pesca artesanal em Porto Nacional - TO.

**Palavras-chaves:** História. Memória. Pesca Artesanal. Saberes Práticos.

## RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo comprender las dinámicas y desafíos que enfrenta la comunidad de pescadores artesanales en la ciudad de Porto Nacional, en el estado de Tocantins, entre los años 1999 y 2022. El interés por este tema surgió de la percepción de la importancia de la pesca artesanal. La pesca además de una actividad económica, como parte integral de la historia cultural del lugar. A lo largo de los años, la comunidad pesquera de Porto Nacional ha desempeñado un papel importante en la sostenibilidad ambiental, la seguridad alimentaria y la cohesión social en la región bañada por el río Tocantins. Sin embargo, las transformaciones socioeconómicas, las cuestiones ambientales y los cambios políticos han impactado profundamente las prácticas pesqueras y el modo de vida de los pescadores. Estos cambios a lo largo del tiempo brindan importantes conocimientos sobre la evolución de la actividad pesquera, las estrategias de adaptación adoptadas por la comunidad en los nuevos tiempos, las interacciones entre tradición y modernidad, y las formas de resistencia y resiliencia frente a los desafíos impuestos. El estudio también destaca la importancia de políticas públicas adecuadas y gestión compartida de los recursos naturales para garantizar la sostenibilidad y supervivencia de la pesca artesanal en Porto Nacional - TO.

**Palabras clave:** Historia. Memoria. Pesca Artesanal. Conocimiento Práctico.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Colônia de Pescadores de Porto Real Z-04.....	41
Figura 2 Acesso aos documentos da Colônia de Pescadores de Porto Real Z-04 .....	39
Figura 3 Galpão da Colônia de Pescadores de Porto Real Z-04.....	42
Figura 4 Máquina de fabricação de gelo - Colônia de Pescadores de Porto Real Z-04 .....	43
Figura 5 Câmara frigorífica, armazenar peixes Colônia de Pescadores de Porto Real Z-04....	44
Figura 6 Representação esquemática do período diurno e noturno propício para captura de determinadas espécies de peixe .....	59
Figura 7 Representação esquemática das mudanças e adaptação para captura do peixe .....	63
Figura 8 Representação esquemática das mudanças e adaptação dos apetrechos .....	65

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 -Sintetização dos resultados alcançados. ....	67
--	----



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
GPS	Guias de Previdência Social
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MAB	Movimento Atingidos por Barragens
NATURATINS	Instituto Natureza do Tocantins
PPGHISPAM	Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SIGAM	Sistema Integrado de Gerenciamento Ambiental
SisRGP	Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UHE	Usina Hidrelétrica de Energia

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 A PESCA ARTESANAL EM RIOS BRASILEIROS .....</b>	<b>18</b>
<b>3 A COLÔNIA DE PESCADORES PORTO REAL Z-4 EM PORTO NACIONAL .....</b>	<b>40</b>
<b>4 VOZES DA PESCA: SABERES E DESAFIOS DE UMA COMUNIDADE DE PESCADORES EM PORTO NACIONAL .....</b>	<b>50</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICE A - SEQUÊNCIA DIDÁTICA .....</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICE B – CONVITE .....</b>	<b>88</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar a colônia de pescadores artesanais, Porto Real Z-4, localizada em Porto Nacional–TO, entre 1999 e 2022. Assim, nossa finalidade é ampliar os estudos sobre uma temática que envolve vivências profissionais, sociais e culturais, atribuídas à comunidade que sobrevive e resiste às mudanças econômicas e sociais.

O anseio em ampliar os estudos sobre o assunto, surge desta demanda, é deste modo que o Mestrado Profissional em História das Populações Amazônicas possibilitou-me o desenvolvimento da pesquisa. Na infância, quando buscava entender os desafios da profissão dos meus pais, compreender a desigualdade, os riscos e a desvalorização nunca foi uma tarefa fácil, mas uma profissão digna, em alguns momentos prazerosa e desafiadora, o desejo e anseio por essa temática permaneceu latente em mim.

Passaram-se os anos, surgiram leis, organização e criação da colônia Z-04, inovação dos métodos de captura do pescado, várias mudanças, entretanto, os obstáculos ainda persistem, alguns desaparecem e outros surgem.

Durante as graduações (em História e em Serviço Social), notei a possibilidade de pesquisar sobre o assunto. Entretanto, não foi possível. Porém, a inquietude ainda persistia e, em 2021, através do processo seletivo para ingresso ao Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas - PPGHispan da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional, realizei leituras, indagações e reflexões sobre, possibilitou o fortalecimento de objetivos e metas para o cumprimento da pesquisa, permitindo o ingresso no curso, dentro da linha de pesquisa: Memórias, Patrimônios e Organização dos Espaços Culturais Amazônicos.

O estudo permite responder questões relacionadas à pesca artesanal e a organização dos pescadores. Quais os conhecimentos utilizados por esses profissionais? Como lidam com os desafios? Essas e outras perguntas consideradas elementos culturais, resultado de um conhecimento empírico e tradicional, que demonstra ideia de identidade e resistência.

O recorte temporal é partir de 1999, últimos anos do rio, a partir de 2001, surgiu o reservatório da usina, já o espacial é Porto Nacional–TO, município localizado às margens do Rio Tocantins, um povoado que recebeu o nome de Porto Real, no final do século XVIII, quando a extração de ouro na província de Goiás sofreu retração. Nos primeiros anos do século XX, Porto Nacional teve um início modesto. De acordo com Audrin (1946, p. 54):

Começou como um simples rancho de “passador”, onde um pobre barqueiro ganhava a vida ajudando viajantes a atravessarem o grande rio Tocantins. Esse ponto de travessia, conhecido como Porto Real, estava estrategicamente localizado entre dois povoados importantes da época, devido às lavras de ouro que atraíam muita gente dos sertões e das capitânicas de Goiás e Bahia.

O constante movimento de pessoas impulsionava a economia local, transformando Porto Real em ponto de passagem e intercâmbio entre as regiões circunvizinhas. A principal atividade econômica era a agricultura e a pecuária de subsistência, o comércio deve-se à abertura da navegação no rio Tocantins até a cidade de Belém do Pará.

Ao longo do tempo, Porto Nacional, se desenvolveu como um centro urbano na região, influenciado pela sua localização geográfica privilegiada e diversidade econômica. Além da mineração, a agricultura, o comércio e, mais tarde, a pesca desempenharam papéis importantes na sustentação da economia local.

As comunidades ribeirinhas e os pescadores, por exemplo, contribuíram para a formação da identidade cultural e econômica da cidade, moldando tradições e costumes ao longo dos anos.

Além de contribuir na formação da identidade cultural de seus habitantes, o Rio Tocantins é responsável por desenvolver a economia e o estilo de vida dos pescadores. Suas águas abundantes e ricas em recursos naturais são fontes de subsistência às comunidades que vivem às suas margens. A pesca e a navegação relacionadas ao rio são parte integrante da vida de sua população.

A relação de pertencimento dos moradores de Porto Nacional é enraizada na história e nas tradições locais. O Rio Tocantins garantiu a formação da cidade, influenciou a economia e a cultura. A afetividade pelo lugar é alimentada pela dependência mútua entre as pessoas e o rio, que continua a ser uma fonte vital de recursos e conexão com o passado e o presente da comunidade ribeirinha.

Para essa pesquisa as fontes utilizadas são a bibliográfica e a História Oral, com o intuito de obter, informações acerca da atuação dos pescadores, sobretudo aqueles associados à colônia Z-04<sup>1</sup>.

O uso da História Oral, permite conhecer experiências de vida, de personagens muitas vezes ignorados por uma história totalizante. Seu uso se deve à ideia de se obter informações, apresentando questionamentos e diálogos sobre um passado cujas fontes se encontram no presente.

O autor Triviños (1987, p.153), tratando do uso da História Oral, contribui acerca da pesquisa de cunho qualitativo, enfatizando que o referido método possibilita trabalhar dados

---

<sup>1</sup> Em 1938, através do Decreto-Lei n.º 794, ocorreu a aprovação do Código de Pesca, devido à necessidade que a prática demonstrou em relação ao Código de Caça e Pesca, baixado pelo decreto n.º 23.672 de 2 de janeiro de 1934. Conforme o estabelecido no artigo 9º, parágrafo único, as colônias serão designadas pelo prefixo &quot; Z&quot;, seguido do número de ordem que lhes couber no seu respectivo Estado e estabelecer-se-ão em zonas limitadas pelo Serviço de Caça e Pesca (Brasil, 1938).

buscando o significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. Ela possibilita expor informações sobre o assunto, dentre elas, as relações, ocorrências e consequências.

Para Gil (1999, p.25), ainda sobre o uso da História Oral – o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, permanecendo, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos.

Conforme Oliveira (2011, p.123), os dados coletados são descritivos. O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos, documentos, etc. Todas as apreensões sobre a realidade são importantes, e o autor propõe a utilização da pesquisa de campo. Ainda na afirmação de que, em determinados contextos, recorrer à História Oral significa produzir uma documentação onde ela é ausente. Para a autora Lakatos, a pesquisa de campo visa:

Conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. [...] consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los. (2003, p. 186).

A pesquisa de campo possibilita conhecer, entrevistar, observar os indivíduos, grupos, comunidades, instituições dentre outros. A aplicação de questionário e o registro fotográfico será agregada ao estudo. Segundo Gil:

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias. (2002, p.53).

Por meio de estudos bibliográficos, é possível afirmar que a pesca é uma importante contribuição à subsistência humana, como fonte alimentar da população ribeirinha, envolvendo componentes ambientais, sociais, culturais, de bases históricas e geográficas.

Em todas as regiões brasileiras, a pesca vem sendo afetada diretamente pelo impacto causado pelo empreendimento hidrelétrico (FREITAS, I. et al., 2006). E diante desse impacto, a pesca artesanal se apresenta como alternativa para a subsistência dos pescadores que possuem conhecimento empírico transmitido de geração a geração.

Os conhecimentos tradicionais desses pescadores abrangem aspectos de suas relações com a natureza. O pescador, por exemplo, conhece os hábitos dos peixes, como migração, alimentação, época e lugares de desova, desenvolvendo-se assim técnicas de captura com baixo impacto sobre a ictiofauna (RESENDE, 2006, p. 45).

Com a construção da usina hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, o rio Tocantins foi transformado em lago, o pescador teve que adaptar os métodos e técnicas para a captura do pescado. Conforme Gomes (2020, p.11), a usina hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães - UHE foi inaugurada em 2001, inundando uma área de 630 km<sup>2</sup>.

A construção da barragem e a formação do reservatório atingiram seis municípios do estado do Tocantins: Ipueiras, Brejinho de Nazaré, Porto Nacional, Palmas, Lajeado e Miracema, o que alterou as características ambientais, sociais e econômicas desses municípios causando mudanças nas comunidades de pescadores.

Essa conjuntura permite a realização de pesquisas que compreendam o papel desempenhado pelo pescador artesanal<sup>2</sup>, enfatizando a sua importância histórica, com ênfase nos saberes, narrativas e desafios vivenciados por esse profissional. Trabalhar essa temática, ressalta um conjunto de narrativas tornando relevante o estudo historiográfico, pois se trata do registro de uma memória social de um determinado grupo.

O pescador artesanal exerce uma profissão caracterizada pelos conhecimentos, métodos, experiências e saberes tradicionais. A pesca, conforme a Lei no 11.959/2009, é “toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros”.

A dissertação divide-se em 3 capítulos. O primeiro capítulo aborda a pesca artesanal em rios brasileiros, definindo-a como uma atividade realizada por pescadores utilizando métodos tradicionais e embarcações de pequeno porte, com foco na subsistência das comunidades locais e na produção para o mercado local.

A pesca artesanal desempenha um papel crucial na economia e subsistência das comunidades costeiras e ribeirinhas, contribuindo para a segurança alimentar e a geração de renda em áreas remotas. A adequada regulamentação é fundamental para garantir a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e o bem-estar das comunidades dependentes dessa atividade.

No segundo capítulo, caracterizamos a Colônia de Pescadores Porto Real Z-4, uma organização representativa dos pescadores. Esta colônia realiza a defesa de seus associados, garantindo direitos e o desenvolvimento socioeconômico.

---

<sup>2</sup> Pesca artesanal - aquela praticada com fins de subsistência, por pescadores ribeirinhos, com a utilização de linha de mão, vara simples, caniço, molinete ou carretilha, iscas naturais ou artificiais.

No terceiro capítulo, expomos as entrevistas realizadas com pescadores/as, o universo dos saberes e métodos utilizados, destacamos as dificuldades enfrentadas no exercício da profissão. Esse pescador acumula um vasto conhecimento empírico importante para o sucesso de sua atividade.

No Brasil, a pesca artesanal está regulamentada através da Lei n.º 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, que regula as atividades pesqueiras. Essa legislação tem a missão de promover o desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca, articulando atores, consolidando uma política de Estado com inclusão social e contribuindo para a soberania alimentar do Brasil.

Conforme essa legislação no art. 4º, no parágrafo único, “consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e apetrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal” (Brasil, 2009).

Em 31 de março de 2015 foi publicado o Decreto de n.º 8.425, que regulamenta o parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei n.º 11.959/2009, e dispõe sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade.

O Registro Geral de Pesca –RGP<sup>3</sup>, instituído pelo Decreto Lei n.º 221, de 28 de fevereiro de 1967, e ratificado pela Lei n.º 11.959, de 26 de junho de 2009, conhecida como a nova lei da pesca. O referido registro é um instrumento desenvolvido para contribuir com a gestão e o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira, bem como permitir ao interessado o exercício das atividades de pesca em toda a sua cadeia produtiva.

O RGP, consiste em um mecanismo do poder executivo, possibilita a legalização dos respectivos usuários para o exercício da atividade pesqueira, com o credenciamento das pessoas físicas ou jurídicas e das embarcações, para exercerem as atividades pesqueiras. Inicialmente, é importante destacar que a implementação do RGP foi uma ação do governo sem uma reivindicação direta e luta dos pescadores.

---

<sup>3</sup> A diretoria da colônia é responsável por informar e manter os dados dos pescadores associados, atualizados no Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, versão 4.0, fornecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Quando o pescador(a) necessita do auxílio do Governo Federal, os benefícios solicitados são analisados através das informações contidas na base, caso comprovado a necessidade e veracidade das informações o repasse financeiro é concedido.

No que diz respeito à realidade da pesca artesanal, é crucial considerar como as políticas de gestão pesqueira, incluindo o RGP, afetaram as comunidades e seu modo de vida. Em muitos casos, a regulamentação impõe restrições ao pescador, sem fornecer recursos e apoio para garantir sua subsistência.

Em Porto Nacional, especificamente, é importante examinar como a implementação do RGP e outras políticas afetaram os pescadores locais, suas práticas de pesca tradicionais e seu acesso aos recursos naturais.

Destarte, a criação do Registro e outras políticas de gestão pesqueira merecem ser problematizadas à luz da ausência da participação da comunidade pesqueira, da eficácia na implementação, fiscalização, impacto sobre a pesca artesanal e comunidade local.

Para isso é essencial considerar o texto da lei, e também o contexto de criação e implementação, suas implicações práticas para os pescadores e o meio ambiente.

Ao publicar leis, decretos e normativas, os poderes legislativo, executivo e judiciário, não consideram o universo sociocultural dos pescadores, porém, os agentes fiscalizadores aplicam as medidas, invertem a situação, tornando-o como infrator, uma vez que, por falta de conhecimentos da legislação, sofre alteração em consonância com as desigualdades.

Desde sua criação como estado, o Tocantins tem promulgado leis e regulamentações relacionadas à pesca, buscando garantir uma exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

Conforme apontado por Oliveira (2018, p. 102), a legislação tocantinense abrange uma variedade de aspectos, incluindo o licenciamento da atividade pesqueira, a definição de áreas de proteção ambiental e normas para o transporte e comercialização de pescado.

Um importante marco foi a promulgação da Lei Estadual de Pesca n.º 858 de 26 de julho de 1996, que estabeleceu as bases para a gestão dos recursos pesqueiros no estado. Segundo Santos (2019, p.75), essa legislação, atualizada para atender às demandas contemporâneas, com questões como a proteção de áreas de reprodução de peixes, a regulamentação da pesca comercial e a promoção da pesca artesanal.

Apesar dos avanços, o Tocantins enfrenta contratempos na gestão dos recursos pesqueiros e na proteção dos direitos do pescador.

É fundamental que o estado continue a promover uma abordagem integrada e participativa na elaboração e implementação das políticas pesqueiras, buscando conciliar os interesses econômicos com recursos pesqueiros.

No âmbito da legislação no Tocantins, em 1997 foi instituída, pela Lei Complementar n.º 13/97, a regulamentação das atividades de pesca, aquicultura, piscicultura, da proteção da fauna aquática e dá outras providências.



Como exposto, o pescador artesanal fica impedido de exercer a profissão nesse período, necessitando de auxílio do Governo Federal, durante o período de defeso, que é garantido através da Lei n.º10.779, de 25 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003).

Os pescadores são os principais interessados nas regulamentações pesqueiras, e a participação ativa no processo de tomada de decisões, é fundamental para garantir que as políticas sejam eficazes, justas adaptadas à realidade local. Isso inclui informar, orientar e sensibilizar os pescadores sobre as medidas e regulamentações em vigor, a importância da conservação dos recursos pesqueiros.

Além disso, é crucial reconhecer que as políticas pesqueiras devem ser sensíveis às necessidades e condições específicas das comunidades pesqueiras, considerando práticas tradicionais.

A ausência da participação do pescador no processo decisório resulta em políticas mal concebidas, inadequadas ou até mesmo prejudiciais para as comunidades pesqueiras. As colônias de pescadores, associações ou cooperativas pesqueiras, podem e devem unir forças para conceder informações aos profissionais da modalidade artesanal.

## 2 A PESCA ARTESANAL EM RIOS BRASILEIROS

Os rios brasileiros abrigam diversas espécies de peixes, fornecendo fonte de alimento e renda para as pessoas. Ela remota tradição e cultura, práticas adaptadas às condições locais e aos recursos disponíveis.

As comunidades indígenas utilizaram técnicas tradicionais de pesca, saberes usados pelos contemporâneos que enfrentam dificuldades socioeconômicas e ambientais, o uso de técnicas tradicionais como redes, anzóis, armadilhas e canoas, métodos adaptados às condições específicas de cada rio e ao comportamento das espécies. No Brasil, a pesca artesanal tem uma vasta produção de pescado, e conforme o Ministério da Pesca e Aquicultura, essa atividade:

É responsável por 60% da pesca nacional, com uma produção de 500 mil toneladas por ano. Esse setor cria e mantém posições nas comunidades do litoral e naquelas localizadas à beira de rios e lagos. Além disso, a pesca artesanal tem valor cultural, por conta de suas tradições, festas, lendas, rituais, técnicas e artes de pesca. Em função da pesca artesanal, o Brasil tem comunidades que representam as riquezas culturais do país, tais como as caiçaras (Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná), os açorianos (Santa Catarina), os jangadeiros (Região Nordeste) e os ribeirinhos (Região Amazônica) (BRASIL, 2010).

Conforme observado por Carvalho (2019, p. 94), “a pesca artesanal representa uma parcela significativa da produção pesqueira brasileira, contribuindo para o abastecimento de mercados locais e regionais”. No entanto, essa atividade enfrenta ameaças à sustentabilidade. Além disso, a competição com a pesca industrial e as mudanças climáticas também contribuíram para a redução das capturas (Gomes, 2020, p. 96).

Rodrigues (2021, p. 88) enfatiza que “a implementação de programas de capacitação, o acesso a crédito e a criação de áreas protegidas são medidas essenciais para fortalecer a pesca artesanal e garantir sua continuidade no Brasil”.

Além disso, políticas que promovam a gestão participativa e o reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais são fundamentais para assegurar a inclusão e o bem-estar dos pescadores artesanais (Ferreira, 2018, p. 42).

A pesca artesanal no Brasil envolve fatores sociais, políticos, econômicos e ambientais intrínsecos a cada localidade. A atividade pesqueira no país possibilita compreender a formação do território brasileiro e reflete as influências de diversos momentos históricos da sistematização do país.

O antropólogo Antônio Carlos Diegues explorou a relação entre os pescadores artesanais e o meio ambiente, destacando que eles utilizam diversos métodos de produção,

como apetrechos de pesca (redes, anzóis, armadilhas), diferentes tipos de embarcações (canoas, pequenos barcos e jangadas) e estratégias adaptativas para captar recursos.

Compreende-se a necessidade de flexibilidade e capacidade de adaptação dos pescadores diante das mudanças para garantir a sustentabilidade. A pesca envolve técnicas e conhecimentos transmitidos entre gerações, ajustados às condições locais e às flutuações dos ecossistemas.

As crescentes pressões ambientais, como a modificação dos habitats costeiros e a superexploração dos estoques pesqueiros, exigem que os pescadores artesanais adaptem suas práticas, buscando novas estratégias de subsistência (Diegues, 2002, p. 145). Além disso, as transformações econômicas e sociais, como a globalização e a evolução das políticas de gestão pesqueira, afetaram a vida dos pescadores.

Nesse contexto, a flexibilidade para se ajustar às demandas de mercado, regulamentações e modelos de gestão comunitária é essencial para garantir a continuidade e a supervisão dessa atividade. Os pescadores têm se adaptado às mudanças para enfrentar e manter a sustentabilidade da pesca artesanal a longo prazo, utilizando estratégias de pesca que consideram os padrões de comportamento das espécies-alvo, as condições ambientais locais e as dinâmicas socioeconômicas.

A pesca ainda sofre pressões ambientais e econômicas. Hazin (2017, p. 92) ressalta que “a manipulação dos ecossistemas costeiros e a competição com a pesca industrial representam ameaças sérias para a sustentabilidade da pesca artesanal no Brasil”.

Angelini (2020, p. 55) observa que “a falta de políticas públicas adequadas e o acesso limitado a recursos financeiros dificultam a modernização e a adaptação das atividades pesqueiras artesanais às demandas contemporâneas”.

Muitas comunidades pesqueiras buscam estratégias de diversificação de atividades, como o turismo sustentável e a aquicultura, para complementar a renda gerada pela pesca artesanal. Para garantir a sustentabilidade da pesca artesanal no Brasil, são necessárias políticas públicas que promovam a gestão participativa dos recursos pesqueiros e o desenvolvimento de práticas de pesca sustentáveis.

Conforme Lima (2020, p.47), “a governança colaborativa entre pescadores, cientistas, governos e organizações da sociedade civil é fundamental para enfrentar os obstáculos e o futuro da pesca artesanal no Brasil”.

Para superar os obstáculos, são necessárias abordagens que considerem os aspectos socioeconômicos e ambientais. Segundo Oliveira (2016, p. 54), “a promoção de sistemas participativos de gestão pesqueira, que envolvem os pescadores nas decisões de conservação e

manejo dos recursos, é fundamental para garantir a sustentabilidade da pesca artesanal no Brasil”. Da mesma forma, Oliveira (2018, p. 12) destaca a importância de “políticas públicas que valorizem o conhecimento tradicional dos pescadores e incentivem práticas de pesca sustentáveis”.

A pesca artesanal desempenha um papel crucial nas comunidades ribeirinhas, refletindo as transformações sociais, econômicas e ambientais ao longo das últimas décadas. Essas mudanças no cenário da pesca também tiveram impactos socioeconômicos significativos.

Santos (2019, p. 13) expõe que “a competição desigual com a pesca industrial tem prejudicado os pescadores artesanais, tornando necessária a implementação de políticas que assegurem a equidade e a sustentabilidade”.

As restrições de acesso aos recursos pesqueiros levaram pescadores artesanais a enfrentarem dificuldades financeiras e a buscar alternativas de subsistência. Apesar de tudo, ela continua sendo uma atividade importante na economia e na cultura local.

A análise de Diegues destaca a complexidade da relação entre os pescadores artesanais e o meio ambiente, ressaltando a importância de abordagens integradas e contextualizadas para compreender e promover a sustentabilidade da pesca artesanal em rios brasileiros.

Diegues (1973), junto com Classe, Ramires e Barrela (2005), descreve a pesca como atividade econômica fortalecida após o declínio na economia dos ciclos cafeeiro e açucareiro do Brasil colônia, e devido à necessidade de explorar outros recursos naturais como o palmito, a caxeta e os animais de caça. A pesca é uma atividade essencial no Brasil para subsistência e economia local.

Observado por Silva (2018, p. 12), “a pesca artesanal é uma prática ancestral que tem moldado a identidade cultural e econômica de muitas comunidades brasileiras ao longo dos séculos”.

Essa relevância cultural é reforçada por Croma (2018, p. 17), que destaca que “as técnicas de pesca tradicionais utilizadas pelos pescadores artesanais frequentemente refletem um profundo conhecimento ecológico e uma relação harmoniosa”.

No entanto, muitas vezes, essa forma de pesca enfrenta a falta de acesso a recursos e infraestrutura adequados. Conforme observado por Silva (2018, p. 21), “as comunidades de pescadores enfrentam desafios no financiamento e obtenção de crédito para modernizar embarcações e equipamentos de pesca”.

Oliveira (2020, p. 37) destaca “a falta de infraestrutura adequada dificulta o armazenamento e transporte do pescado, aumentando as perdas e reduzindo os lucros dos pescadores”. Essa deficiência de infraestrutura também impacta a segurança dos pescadores,

como mencionado por Santos (2017, p. 46), que ressalta que “a ausência de portos seguros e abrigos costeiros expõe os pescadores a maiores riscos durante as atividades de pesca”.

De acordo com Cruz (2020, p. 32), “a carência de programas governamentais voltados para a capacitação e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades de pescadores contribui para a perpetuação da pobreza e da vulnerabilidade dessas populações”.

Nesse sentido, é crucial que políticas e programas sejam implementados para assegurar o fortalecimento das capacidades produtivas e organizacionais das comunidades pesqueiras. A regulamentação também acarretou desafios para a pesca artesanal nos rios brasileiros.

Por vezes, a legislação é inadequada ou pouco aplicada, o que pode deixar os pescadores expostos à exploração e à perda de direitos de acesso aos recursos naturais. Para enfrentar essas questões, é essencial a participação dos pescadores artesanais na formulação de políticas públicas e na gestão dos recursos.

Além disso, auxiliar as comunidades ribeirinhas com tecnologias sustentáveis de pesca e infraestrutura para proteger os rios fortalece a pesca artesanal como uma economia sustentável.

Conforme destacado por Diegues (1983, p. 126), os pescadores artesanais possuem um profundo conhecimento dos ecossistemas aquáticos locais e das práticas de pesca tradicionais, tornando-se agentes fundamentais na busca por soluções sustentáveis.

Ao envolvê-los no processo decisório, as políticas e regulamentações ligadas à pesca devem ser eficazes e adequadas à realidade local. Os pescadores detêm uma compreensão singular das dinâmicas ambientais e sociais de suas áreas de pesca, o que sugere a formulação de estratégias de manejo contextualizadas.

A participação dos pescadores artesanais na administração dos recursos pesqueiros promove um senso de responsabilidade e cuidado com os ecossistemas aquáticos, contribuindo para a conservação a longo prazo. Essa prática ajuda a fortalecer os laços de confiança entre os pescadores, as autoridades governamentais e outras partes interessadas, facilitando o diálogo e a cooperação em prol de objetivos comuns.

Assim, ao fomentar a participação dos pescadores artesanais na tomada de decisões e na administração dos recursos pesqueiros, é possível estabelecer condições propícias para a sustentabilidade da pesca artesanal e o bem-estar das comunidades ribeirinhas. Outro ponto crucial é a variedade de técnicas empregadas nas diferentes regiões do Brasil, que refletem as particularidades singulares de cada região ribeirinha.

Conforme observado por Lima (2017, p. 52), “as técnicas de pesca artesanal variam significativamente de uma região para outra, influenciadas por fatores como o tipo de ecossistema, a disponibilidade de recursos pesqueiros e as tradições culturais locais”.

Na região Norte do Brasil, por exemplo, as comunidades ribeirinhas da Amazônia empregam técnicas de pesca adaptadas aos rios e igarapés da floresta tropical. Conforme destacado por Silva (2018, p. 73), “a pesca com redes de malha fina e armadilhas é comum entre os pescadores artesanais da região, que aproveitam a rica biodiversidade aquática da Amazônia”.

No Nordeste do Brasil, as comunidades pesqueiras dependem da pequena escala para sua subsistência. Para Santos (2018, p. 34), “as técnicas de pesca artesanal na região incluem o uso de redes de arrasto e emalhar, armadilhas de pesca, adaptadas às condições do mar e aos padrões de migração dos peixes”. Essas comunidades sofrem devido à sobrepesca e à degradação dos habitats costeiros.

No Sul do Brasil, onde as águas são frias e turbulentas, as técnicas de pesca artesanal se diferenciam. Oliveira (2020, p. 45) enfatiza que “os pescadores artesanais do Sul utilizam anzóis e linhas de pesca, bem como redes de cerco, para capturar uma variedade de espécies marinhas, incluindo peixes de profundidade”.

Essas técnicas refletem a adaptação dos pescadores às condições únicas do ambiente marinho do Sul do Brasil. Essas diferenças nas técnicas de pesca artesanal em diferentes regiões do Brasil demonstram a diversidade e a adaptabilidade das comunidades pesqueiras locais. Tais técnicas não apenas garantem a subsistência das comunidades, mas também refletem a rica herança cultural e o profundo conhecimento dos recursos naturais.

Retornando às reflexões sobre o Norte do país, as práticas da pesca artesanal estão integradas à subsistência das comunidades ribeirinhas.

Muitas vezes, a legislação é inadequada ou pouco aplicada, o que pode deixar os pescadores expostos à exploração e à perda de direitos de acesso aos recursos naturais. Para enfrentar esses desafios, é fundamental a participação dos pescadores artesanais na elaboração de políticas públicas e na gestão dos recursos.

Além disso, ajudar as comunidades que vivem próximas dos rios com tecnologias sustentáveis de pesca e infraestrutura para proteger os rios fortalece a pesca artesanal como uma economia sustentável.

Como apontado por Diegues (1983, p. 126), os pescadores artesanais têm um profundo conhecimento dos ecossistemas aquáticos locais e das práticas de pesca tradicionais, tornando-se atores fundamentais na busca por soluções sustentáveis. Ao envolvê-los no processo

decisório, as políticas e regulamentações relacionadas à pesca devem ser eficazes e adequadas à realidade local. Os pescadores trazem consigo uma compreensão única das dinâmicas ambientais e sociais de suas áreas de pesca, o que indica a formulação de estratégias de manejo contextualizadas.

A participação dos pescadores artesanais na gestão dos recursos pesqueiros promove um senso de responsabilidade e cuidado com os ecossistemas aquáticos, contribuindo para a conservação a longo prazo. Essa prática ajuda a fortalecer os laços de confiança entre os pescadores, as autoridades governamentais e outras partes interessadas, facilitando o diálogo e a cooperação em prol de objetivos comuns.

Portanto, ao promover a participação dos pescadores artesanais na tomada de decisões e na gestão dos recursos pesqueiros, pode-se criar condições favoráveis para a sustentabilidade da pesca artesanal e o bem-estar das comunidades ribeirinhas.

Outro aspecto relevante é a diversidade de técnicas utilizadas nas diferentes regiões do Brasil, refletindo as características únicas de cada localidade costeira e ribeirinha. Conforme observado por Lima (2017, p. 52), “as técnicas de pesca artesanal variam significativamente de uma região para outra, influenciadas por fatores como o tipo de ecossistema, a disponibilidade de recursos pesqueiros e as tradições culturais locais”.

Na região Norte do Brasil, por exemplo, as comunidades ribeirinhas da Amazônia empregam técnicas de pesca adaptadas aos rios e igarapés da floresta tropical. Conforme destacado por Silva (2018, p. 73), “a pesca com redes de malha fina e armadilhas é comum entre os pescadores artesanais da região, que aproveitam a rica biodiversidade aquática da Amazônia”.

No Nordeste do Brasil, as comunidades pesqueiras dependem da pequena escala para sua subsistência. Para Santos (2018, p. 34), “as técnicas de pesca artesanal na região incluem o uso de redes de arrasto e emalhar, armadilhas de pesca, adaptadas às condições do mar e aos padrões de migração dos peixes”. Essas comunidades sofrem devido à sobrepesca e à degradação dos habitats costeiros.

No Sul do Brasil, onde as águas são frias e turbulentas, as técnicas de pesca artesanal se diferenciam. Oliveira (2020, p. 45) enfatiza que “os pescadores artesanais do Sul utilizam anzóis e linhas de pesca, bem como redes de cerco, para capturar uma variedade de espécies marinhas, incluindo peixes de profundidade e crustáceos”. Essas técnicas refletem a adaptação dos pescadores às condições únicas do ambiente marinho do Sul do Brasil.

As diferenças nas técnicas de pesca artesanal em diferentes regiões do Brasil demonstram a diversidade e a adaptabilidade das comunidades pesqueiras locais. Essas técnicas

garantem a subsistência das comunidades e refletem a rica herança cultural e o profundo conhecimento dos recursos naturais.

Retornando às reflexões sobre o Norte do país, as práticas da pesca artesanal estão integradas à subsistência das comunidades ribeirinhas. Santos (2019, p. 39) enfatiza que as comunidades amazônicas dependem da pesca para alimentação, utilizando técnicas para garantir o sustento de suas famílias. Isso ressalta a importância econômica e social da pesca na região, além da relevância cultural.

A região também enfrenta desafios significativos, incluindo pressões ambientais, como a degradação dos habitats aquáticos, e questões socioeconômicas, como a falta de acesso a mercados e infraestrutura adequados. Oliveira (2020, p. 21) afirma que a expansão da atividade de mineração e o desmatamento afetam diretamente os recursos pesqueiros da Amazônia, ameaçando a subsistência das comunidades ribeirinhas.

As técnicas de pesca artesanal na região Norte do Brasil são uma expressão da profunda relação entre as comunidades locais e o ambiente aquático da Amazônia. Para garantir a sustentabilidade dessa atividade e o bem-estar das comunidades ribeirinhas, são necessárias abordagens integradas que considerem os aspectos ambientais e socioeconômicos.

Ao que se refere à sustentabilidade da pesca em rios brasileiros, “requer a implementação de medidas eficazes de conservação e manejo, visando garantir a preservação dos recursos pesqueiros e o bem-estar das comunidades ribeirinhas” (Gomes et al., 2020, p. 40). Isso inclui o estabelecimento de áreas protegidas, a implementação de regulamentações para a pesca sustentável, o monitoramento dos estoques pesqueiros e o envolvimento das comunidades ribeirinhas na gestão dos recursos hídricos.

Com o engajamento das comunidades ribeirinhas, é possível promover práticas de pesca sustentáveis, restaurar os ecossistemas fluviais degradados e garantir a preservação das tradições culturais e do modo de vida das populações ribeirinhas.

Além de preservar tradições culturais, a pesca artesanal nos rios desempenha um papel vital na subsistência e no sustento de muitas famílias ribeirinhas. Para essas comunidades, a pesca não é apenas uma fonte de renda, mas também uma forma de garantir a segurança alimentar e fortalecer os laços comunitários, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das regiões ribeirinhas.

Em tempos recentes, as colônias e cooperativas de pescadores emergiram como figuras cruciais na paisagem social. Essas entidades representam os interesses dos pescadores artesanais e também servem como guardiãs dos laços comunitários e tradições ancestrais.



Nas suas assembleias, os pescadores se reúnem para discutir questões práticas, como regulamentações de pesca e direitos trabalhistas, além de compartilhar histórias e conhecimentos. Nesses encontros, forjam-se alianças e estratégias para lidar com desafios como a escassez de recursos e as pressões comerciais.

Por meio de suas organizações, os pescadores encontram uma voz que ressoa nos corredores do poder, seja nas negociações com autoridades governamentais, seja nos diálogos com empresas e organizações não governamentais. Suas demandas por condições de trabalho justas e pela preservação dos ecossistemas marinhos ecoam na sociedade e na esfera política.

As colônias facilitam o acesso dos pescadores a recursos e infraestrutura essenciais para a prática da pesca, como equipamentos, embarcações, armazéns de gelo e postos de abastecimento. Isso não apenas aumenta a eficiência e a produtividade das atividades pesqueiras, mas também melhora as condições de trabalho e segurança dos pescadores.

A organização dos pescadores visa defender seus interesses, promover a sustentabilidade da pesca artesanal e enfrentar os obstáculos socioeconômicos. Em todo o Brasil, as comunidades pesqueiras têm desenvolvido uma variedade de estruturas organizacionais para representar os membros e buscar soluções para questões relacionadas à pesca.

Em um estudo sobre a organização dos pescadores na região Nordeste, Santos (2017, p. 12) observa que sindicatos e associações de pescadores têm desempenhado um papel fundamental na defesa dos direitos dos pescadores e na promoção de políticas públicas voltadas para a pesca artesanal. Muitas vezes, essas organizações trabalham em estreita colaboração com governos locais e organizações não governamentais para enfrentar questões como acesso a recursos, direitos de pesca e conservação dos ecossistemas costeiros

Segundo Silva (2018, p. 35), as colônias de pescadores e as associações comunitárias são comuns nas comunidades ribeirinhas, onde os pescadores se reúnem para discutir questões relacionadas à pesca, resolver conflitos e implementar medidas de conservação.

No Sul do Brasil, onde a pesca costeira é predominante, as colônias de pescadores desempenham um papel central na organização dessa atividade. Oliveira (2018, p. 30) destaca que as colônias de pescadores do Sul atuam como intermediárias entre os pescadores e as autoridades governamentais, representando os interesses da comunidade pesqueira em questões como licenciamento de pesca, segurança no mar e acesso a benefícios sociais.

Esses exemplos ilustram a diversidade de estruturas organizacionais adotadas pelos pescadores em diferentes regiões do Brasil. Ao fortalecer essas organizações e promover a participação ativa dos pescadores na tomada de decisões que afetam suas vidas e meios de

subsistência, é possível desenvolver uma pesca artesanal sustentável e inclusiva em todo o país. Ao fomentar a cooperação e a solidariedade entre os membros, as colônias e cooperativas contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades pesqueiras.

Além disso, investir em educação ambiental, tecnologias sustentáveis de pesca e infraestrutura nas comunidades ribeirinhas são práticas que contribuem para a conservação dos rios e o fortalecimento da pesca artesanal como uma atividade econômica viável e sustentável.

Como salientado por Diegues (1983, p. 126), os pescadores artesanais possuem um conhecimento profundo dos ecossistemas aquáticos locais e das práticas de pesca tradicionais, tornando-os atores essenciais na busca por soluções sustentáveis. Ao envolvê-los no processo decisório, as políticas e regulamentações relacionadas à pesca devem ser eficazes e adequadas à realidade local. Os pescadores trazem consigo uma compreensão única das dinâmicas ambientais e sociais de suas áreas de pesca, o que indica a formulação de estratégias de manejo contextualizadas.

A participação dos pescadores artesanais na gestão dos recursos pesqueiros promove um senso de responsabilidade e cuidado com os ecossistemas aquáticos, contribuindo para a conservação a longo prazo. Essa prática ajuda a fortalecer os laços de confiança entre os pescadores, as autoridades governamentais e outras partes interessadas, facilitando o diálogo e a cooperação em prol de objetivos comuns.

Portanto, ao promover a participação dos pescadores artesanais na tomada de decisões e na gestão dos recursos pesqueiros, pode-se criar condições favoráveis para a sustentabilidade da pesca artesanal e o bem-estar das comunidades ribeirinhas.

Outro aspecto relevante é a diversidade de técnicas utilizadas nas regiões do Brasil, refletindo as características únicas de cada região costeira e ribeirinha. Conforme observado por Lima (2017, p. 52), “as técnicas de pesca artesanal variam significativamente de uma região para outra, influenciadas por fatores como o tipo de ecossistema, a disponibilidade de recursos pesqueiros e as tradições culturais locais”.

Na região Norte do Brasil, por exemplo, as comunidades ribeirinhas da Amazônia empregam técnicas de pesca adaptadas aos rios e igarapés da floresta tropical. Conforme destacado por Silva (2018, p. 73), “a pesca com redes de malha fina e armadilhas é comum entre os pescadores artesanais da região, que aproveitam a rica biodiversidade aquática da Amazônia”.

Já no Nordeste do Brasil, as comunidades pesqueiras costeiras dependem fortemente da pesca de pequena escala para sua subsistência. Conforme estudado por Santos (2018, p. 34), “as técnicas de pesca artesanal na região incluem o uso de redes de arrasto, redes de emalhar e

armadilhas de pesca, adaptadas às condições do mar e aos padrões de migração dos peixes”. No entanto, essas comunidades sofrem devido à sobrepesca e à degradação dos habitats costeiros.

No Sul do Brasil, onde as águas são mais frias e turbulentas, as técnicas de pesca artesanal também se diferenciam. Segundo estudos de Oliveira (2020, p. 45), “os pescadores artesanais do Sul frequentemente utilizam anzóis e linhas de pesca, bem como redes de cerco, para capturar uma variedade de espécies marinhas, incluindo peixes de profundidade e crustáceos”. Essas técnicas refletem a adaptação dos pescadores às condições únicas do ambiente marinho do Sul do Brasil.

As diferenças nas técnicas de pesca artesanal em diferentes regiões do Brasil demonstram a diversidade e a adaptabilidade das comunidades pesqueiras locais. Essas técnicas garantem a subsistência das comunidades e refletem a rica herança cultural e o profundo conhecimento dos recursos naturais.

Retornando às reflexões sobre o Norte do país, as práticas da pesca artesanal estão integradas à subsistência das comunidades ribeirinhas. Santos (2019, p. 39) enfatiza que as comunidades amazônicas dependem da pesca para sua alimentação, utilizando técnicas de pesca artesanal para garantir o sustento de suas famílias. Isso ressalta a importância econômica e social da pesca na região, além de sua relevância cultural.

A região também enfrenta desafios significativos, incluindo pressões ambientais, como a degradação dos habitats aquáticos, e questões socioeconômicas, como a falta de acesso a mercados e infraestrutura adequados. Oliveira (2020, p. 21) afirma que a expansão da atividade de mineração e o desmatamento afetam diretamente os recursos pesqueiros da Amazônia, ameaçando a subsistência das comunidades ribeirinhas.

As técnicas de pesca artesanal na região Norte do Brasil são uma expressão da profunda relação entre as comunidades locais e o ambiente aquático da Amazônia. Para garantir a sustentabilidade dessa atividade e o bem-estar das comunidades ribeirinhas, são necessárias abordagens integradas que considerem os aspectos ambientais e socioeconômicos.

Ao que se refere à sustentabilidade da pesca em rios brasileiros, “requer a implementação de medidas eficazes de conservação e manejo, visando garantir a preservação dos recursos pesqueiros e o bem-estar das comunidades ribeirinhas” (Gomes et al., 2020, p. 40). Isso inclui o estabelecimento de áreas protegidas, a implementação de regulamentações para a pesca sustentável, o monitoramento dos estoques pesqueiros e o envolvimento das comunidades ribeirinhas na gestão dos recursos hídricos.

Com o engajamento das comunidades ribeirinhas, é possível promover práticas de pesca sustentáveis, restaurar os ecossistemas fluviais degradados e garantir a preservação das tradições culturais e do modo de vida das populações ribeirinhas.

Além de preservar tradições culturais, a pesca artesanal nos rios desempenha um papel vital na subsistência e no sustento de muitas famílias ribeirinhas. Para essas comunidades, a pesca não é apenas uma fonte de renda, mas também uma forma de garantir a segurança alimentar e fortalecer os laços comunitários, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico das regiões ribeirinhas.

Em tempos mais recentes, as colônias e cooperativas de pescadores emergiram como figuras cruciais na paisagem social. Estas entidades representavam os interesses dos pescadores artesanais e também serviam como guardiãs dos laços comunitários e tradições ancestrais.

Nas suas assembleias, os pescadores se reúnem para discutir questões práticas, como regulamentações de pesca e direitos trabalhistas, e também para compartilhar histórias e conhecimentos. Nesses encontros, são forjadas alianças e estratégias para lidar com o ofício, seja a escassez de recursos ou as pressões comerciais.

Por meio de suas organizações, os pescadores encontraram a voz que repercutia nos corredores do poder, seja na mesa de negociação com autoridades governamentais, seja em diálogos com empresas e organizações não governamentais. Suas demandas por condições de trabalho justas e pela preservação dos ecossistemas marinhos encontravam eco na sociedade e na esfera política.

As colônias facilitam o acesso dos pescadores a recursos e infraestrutura essenciais para a prática da pesca, como equipamentos, embarcações, armazéns de gelo e postos de abastecimento. Isso aumenta a eficiência e a produtividade das atividades pesqueiras, além de melhorar as condições de trabalho e segurança dos pescadores.

A organização dos pescadores tem como objetivo defender os interesses, promover a sustentabilidade da pesca artesanal e enfrentar os obstáculos socioeconômicos. Em todo o Brasil, as comunidades pesqueiras têm desenvolvido uma variedade de estruturas organizacionais para representar os membros e buscar soluções para questões relacionadas à pesca.

Em um estudo sobre a organização dos pescadores na região Nordeste, Santos (2017, p. 12) observa que sindicatos e associações de pescadores têm desempenhado um papel fundamental na defesa dos direitos dos pescadores e na promoção de políticas públicas voltadas para a pesca artesanal. Muitas vezes essas organizações trabalham em estreita colaboração com

governos locais e organizações não governamentais para enfrentar questões como acesso a recursos, direitos de pesca e conservação dos ecossistemas costeiros.

Segundo Silva (2018, p. 35), as colônias de pescadores e as associações comunitárias são comuns nas comunidades ribeirinhas, onde os pescadores se reúnem para discutir questões relacionadas à pesca, resolver conflitos e implementar medidas de conservação.

No Sul do Brasil, onde a pesca costeira é predominante, as colônias de pescadores desempenham um papel central na organização dessa atividade. Oliveira (2018, p. 30) destaca que as colônias de pescadores do Sul atuam como intermediárias entre os pescadores e as autoridades governamentais, representando os interesses da comunidade pesqueira em questões como licenciamento de pesca, segurança no mar e acesso a benefícios sociais.

Esses exemplos ilustram a diversidade de estruturas organizacionais adotadas pelos pescadores em diferentes regiões do Brasil.

Ao fortalecer essas organizações e promover a participação ativa dos pescadores na tomada de decisões que afetam suas vidas e meios de subsistência, é possível desenvolver uma pesca artesanal sustentável e inclusiva em todo o país. Ao fomentar a cooperação e a solidariedade entre os membros, as colônias e cooperativas contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades pesqueiras.

Elas implementam projetos de capacitação, educação, saúde e infraestrutura que beneficiam os pescadores e suas famílias, têm um importante papel na promoção da pesca sustentável e conservação dos recursos hídricos, implementando medidas de manejo baseadas no conhecimento tradicional e científico, como a criação de áreas de proteção ambiental, a adoção de práticas de pesca seletiva e a gestão participativa dos estoques pesqueiros.

Cabe enfatizar que o manejo do pescado em rios brasileiros é uma questão importante para garantir a conservação dos recursos pesqueiros e o uso sustentável dos ecossistemas aquáticos. Algumas das principais considerações e práticas relacionadas ao manejo do pescado em rios no Brasil estão relacionadas à regulamentação da pesca.

As autoridades governamentais são responsáveis por estabelecer regulamentos e normas para a pesca. Isso inclui definições sobre períodos de defeso (épocas em que a pesca é proibida ou restrita), tamanhos mínimos de captura, cotas de pesca e métodos permitidos. Essas medidas visam proteger as espécies ameaçadas e garantir a sustentabilidade dos estoques pesqueiros.

Outro fator é a fiscalização das áreas de pesca para garantir o cumprimento das regulamentações e prevenir a pesca ilegal. Isso pode envolver a utilização de patrulhas fluviais,

inspeções em pontos de desembarque de pescado e o uso de tecnologias de monitoramento, como sistemas de rastreamento de embarcações.

A participação das comunidades locais é essencial para envolvê-las no processo de manejo do pescado, garantindo suas necessidades, conhecimentos e interesses. O conhecimento tradicional também fornece uma base de informação para o manejo dos recursos pesqueiros locais, em particular nos países tropicais onde os dados biológicos raramente estão disponíveis (Diegues, 1983, p. 31). As comunidades ribeirinhas na gestão dos recursos pesqueiros promovem a sustentabilidade a longo prazo, ao mesmo tempo em que fortalecem os laços entre as pessoas e o meio ambiente.

A conscientização e a educação ambiental são fundamentais para promover práticas de pesca responsáveis e a conservação dos recursos hídricos. Programas de educação ambiental podem ser desenvolvidos para informar pescadores, pescadoras e a população em geral sobre a importância da conservação dos rios e dos peixes, incentivando o respeito pelo meio ambiente aquático.

Em síntese, o manejo do pescado em rios brasileiros envolve uma abordagem integrada que combina regulamentação, monitoramento, pesquisa, planejamento participativo e educação ambiental. Ao adotar práticas de manejo sustentáveis, é possível garantir a saúde dos ecossistemas aquáticos e o bem-estar das comunidades que dependem deles para sua subsistência e qualidade de vida.

Os pescadores artesanais possuem perfis diversificados de acordo com a necessidade de cada região. Muitos deles são herdeiros de uma tradição familiar, com conhecimentos transmitidos oralmente ao longo de gerações. Eles possuem um profundo entendimento dos hábitos dos peixes, dos padrões climáticos e das características específicas dos rios em que pescam. A pesquisadora Massamba (2016, p. 18) classifica o pescador artesanal como indivíduo que:

Pratica a pesca de forma artesanal ou com equipamentos de fabrico tradicional designa-se por pescador artesanal. Estes indivíduos possuem características próprias e comuns, em relação às técnicas, apetrechos, dinâmica de vida, tipo de embarcação, e ao seu perfil socioeconômico como: - A maioria dos pescadores artesanais possui uma aparência simples, isso é devido ao esforço da atividade, muitos são tímidos e introvertidos, isto é, são pessoas de poucas conversas. – Devido ao esforço da atividade, muitos dos sujeitos refugiam-se na bebida alcoólica, no cigarro, de modo a ter coragem para enfrentar o frio quando estão a pescar, acreditam que podem tirar o sono e na ótica deles diminui o cansaço.

Para muitos, a pesca não é apenas uma profissão, mas também uma maneira de sobrevivência, pois vivem em comunidades ribeirinhas remotas, muitas vezes isoladas, onde a

pesca é a principal atividade econômica. Suas vidas estão intimamente ligadas aos ciclos naturais dos rios e às estações de pesca, e empregam uma variedade de técnicas tradicionais de pesca adaptadas às características locais dos rios.

Isso inclui o uso de redes, tarrafas, anzóis, armadilhas e até mesmo técnicas de pesca com as mãos, dependendo das espécies alvo e das condições do ambiente aquático. Devido às mudanças ambientais, como a poluição dos rios, a degradação dos habitats aquáticos e as alterações climáticas, essas comunidades enfrentam desafios crescentes.

Os pescadores precisam se adaptar a essas mudanças para garantir sua subsistência e a continuidade de suas atividades pesqueiras. Muitos deles estão organizados em associações, colônias ou cooperativas, que defendem seus interesses, lutam pela ajuda governamental e implementam projetos de desenvolvimento comunitário.

É notória a participação das mulheres na pesca artesanal no Brasil. Essas mulheres desempenham um papel significativo, embora muitas vezes sua contribuição seja subestimada ou invisibilizada. Elas estão envolvidas em diversas atividades relacionadas à pesca e desempenham papéis importantes em atividades complementares, como o processamento do pescado, a venda do produto e o gerenciamento das atividades domésticas.

A atividade pesqueira é comumente rotulada como prática eminentemente masculina, porém é imprescindível considerar que a mulher exerce um papel importante na cadeia produtiva da pesca, além de garantir o sustento de suas famílias, ou seja, a reprodução social do grupo como um todo (Martins; Alvim, 2016; Souza; Martinez; Gantos, 2017, p. 19).

Para ter sua participação na atividade pesqueira, a mulher supera obstáculos. Isso inclui estereótipos de gênero, que frequentemente associam a pesca a uma atividade masculina, resultando na invisibilidade das mulheres nos discursos públicos sobre a pesca.

A baixa representação das mulheres em organizações pesqueiras contribui para a ausência de liderança feminina nessas instituições e pode dificultar o reconhecimento e a promoção dos interesses das mulheres pescadoras. A mulher é uma trabalhadora apta a ocupar a maioria dos cargos nesse setor, por ser atenciosa quando se trata de manejo dos produtos.

No entanto, há uma crescente conscientização sobre a importância de valorizar o papel da mulher na pesca artesanal. Iniciativas que promovem o empoderamento, como programas de capacitação, acesso a recursos e representação em espaços de decisão, contribuem para a visibilidade e o reconhecimento na atividade pesqueira.

A visibilidade das mulheres é essencial para garantir uma representação justa e equitativa das contribuições para a sustentabilidade e o desenvolvimento das comunidades

ribeirinhas. Assim, a promoção da igualdade de gênero e o reconhecimento do papel das mulheres na pesca são passos essenciais rumo a uma pesca inclusiva e sustentável no Brasil.

Para garantir a sustentabilidade da pesca, são necessárias políticas e práticas de manejo adequadas que promovam a conservação dos recursos naturais, protejam os direitos dos pescadores e apoiem o desenvolvimento econômico e social das comunidades ribeirinhas.

Uma outra questão importante sobre a pesca artesanal diz respeito à captura do pescado, que necessita de técnicas, habilidades e instrumentos. Com o passar do tempo, ocorreu evolução dos apetrechos utilizados na pesca artesanal no Brasil. Isso reflete as mudanças tecnológicas, as demandas socioeconômicas e ambientais enfrentadas pelas comunidades pesqueiras.

Silva (2018, p.27) destaca que, no passado, os pescadores artesanais brasileiros dependiam de técnicas rudimentares, como o uso de redes de malha fina e armadilhas de pesca, adequadas para capturar pequenas quantidades de peixe para consumo local. Esses apetrechos muitas vezes eram feitos à mão pelos próprios pescadores, utilizando materiais disponíveis na região.

Conforme observado por Oliveira (2018, p.45), a introdução de novos materiais, como nylon e polietileno, levou ao desenvolvimento de redes de pesca mais duráveis e eficientes, aumentando a capacidade de captura dos pescadores artesanais.

Além disso, a globalização e a intensificação da pesca industrial também influenciaram a evolução dos apetrechos da pesca artesanal no Brasil. Segundo estudos de Santos (2020, p.16), a competição com a pesca industrial levou os pescadores artesanais a buscarem técnicas e utensílios mais seletivos e sustentáveis, a fim de preservar os recursos pesqueiros e manter sua subsistência

A história dos apetrechos da pesca artesanal no Brasil reflete a evolução das técnicas de pesca e as mudanças nas condições socioeconômicas e ambientais. Desde os primeiros registros de atividades pesqueiras até os dias de hoje, os apetrechos têm sido moldados por uma variedade de fatores, incluindo tradições culturais, avanços tecnológicos e pressões externas.

Isso reflete na adaptação contínua das comunidades pesqueiras às mudanças ambientais, socioeconômicas e tecnológicas, ao mesmo tempo em que destaca a importância de políticas e práticas de manejo sustentável para garantir a preservação dos recursos pesqueiros e o sustento das comunidades pesqueiras.

De acordo com Silva (2017, p.35), os primeiros pescadores artesanais no Brasil dependiam de técnicas simples, como redes de malha fina e anzóis rudimentares, para capturar peixes em rios e áreas costeiras. Eram frequentemente feitos à mão, utilizando materiais naturais



disponíveis na região, o que refletia a profunda conexão das comunidades pesqueiras com o ambiente aquático.

A utilização de apetrechos tradicionais, como redes, tarrafas e anzóis, é amplamente documentada na literatura científica. Esses apetrechos são adaptados às condições específicas dos ecossistemas aquáticos amazônicos e demonstram grande eficiência na captura de peixes e outros recursos pesqueiros.

Assim, a pesca artesanal na região Norte perpassa por questões relacionadas à sustentabilidade ambiental e à gestão dos recursos pesqueiros. Segundo Almeida (2019, p.82), o aumento da pressão pesqueira e a degradação dos habitats aquáticos representam ameaças significativas para a viabilidade a longo prazo da pesca artesanal na Amazônia.

Para mitigar esses problemas, é necessário adotar estratégias de manejo sustentável da pesca artesanal, envolvendo a participação ativa das comunidades locais, órgãos governamentais e instituições de pesquisa.

Como ressaltado por Lima et al. (2021, p. 56), a implementação de áreas de manejo e reservas extrativistas pode contribuir para a conservação dos estoques pesqueiros e o fortalecimento das práticas tradicionais de pesca na região amazônica.

Além disso, é importante promover o acesso das comunidades ribeirinhas a políticas públicas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de trabalho dos pescadores artesanais.

Nesse sentido, as palavras de Oliveira (2016 p. 67) destacam a importância da inclusão social e do reconhecimento dos saberes tradicionais das populações locais na formulação de políticas de manejo e conservação dos recursos pesqueiros na Amazônia.

Em suma, podemos concluir que a pesca artesanal na região norte do Brasil é uma atividade importante no âmbito socioeconômico e cultural, que encara as dificuldades em termos de sustentabilidade e gestão dos recursos naturais.

A legislação federal sobre a pesca abrange rios de domínio da União, como o Amazonas e o São Francisco, estabelece diretrizes gerais para a pesca artesanal. Segundo estudos de Silva (2018, p.26), as leis federais frequentemente abordam questões como períodos de defeso, tamanhos mínimos de captura e licenciamento de pescadores, visando à conservação dos estoques pesqueiros e à garantia dos direitos das comunidades tradicionais.

Por outro lado, a legislação estadual se aplica aos rios sob jurisdição dos estados brasileiros e pode apresentar nuances específicas de acordo com as características locais. Conforme apontado por Oliveira (2020, p. 18), as normativas estaduais frequentemente

complementam a legislação federal, estabelecendo regras adicionais relacionadas a áreas de pesca restrita, tipos de artefatos permitidos e programas de fomento à pesca sustentável.

Essa diferenciação também se reflete nos processos de gestão e fiscalização da atividade pesqueira. Como observado por Barbosa (2017, p. 48), enquanto a fiscalização em rios federais muitas vezes é realizada por órgãos federais, como o IBAMA, em rios estaduais, a responsabilidade recai sobre a gestão de recursos pesqueiros.

No entanto, é importante ressaltar que a articulação e a cooperação entre os diferentes níveis de governo devem ser essenciais para a gestão dos recursos pesqueiros.

Em resumo, a diferenciação entre a legislação de rio estadual e federal para a pesca artesanal no Brasil reflete as complexidades do federalismo brasileiro e a necessidade de adaptação das normativas às realidades locais. A cooperação entre os diferentes níveis de governo é essencial para promover uma gestão integrada e sustentável dos recursos pesqueiros em todo o país.

Em nível estadual, cada estado brasileiro possui sua própria legislação específica para a pesca artesanal, adequada às peculiaridades locais e às necessidades de conservação dos recursos hídricos. Segundo Silva (2018, p.72), essas legislações estaduais frequentemente estabelecem normas relacionadas ao licenciamento de pescadores, períodos de defeso, tamanhos mínimos de captura e áreas de pesca restrita.

A legislação que trata dos rios estaduais e federais reflete a importância atribuída à atividade como fonte de subsistência e cultura das populações ribeirinhas, bem como a necessidade de conservação ambiental. No entanto, para garantir a implementação efetiva e a participação das comunidades locais, é crucial promover a cooperação entre os diferentes níveis de governo.

No Tocantins, a pesca artesanal apresenta particularidades que refletem as características socioeconômicas e ambientais da região. Segundo estudos de Silva et al. (2017, p.56), a pesca artesanal é uma atividade fundamental para as comunidades ribeirinhas do Tocantins, contribuindo para sua subsistência e para a economia local. A diversidade de ecossistemas aquáticos no estado, como rios, lagos e açudes, proporciona uma variedade de recursos pesqueiros explorados pela pesca artesanal.

O Rio Tocantins é um rio federal de acordo com a legislação brasileira<sup>4</sup>, o que implica em uma série de responsabilidades e competências atribuídas a essa instância governamental

---

<sup>4</sup> Conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, inciso III os rios federais, como o Tocantins, são considerados bens da União, sendo de responsabilidade do governo federal sua gestão, preservação

para sua gestão e conservação. Essa classificação é respaldada por estudos acadêmicos e científicos que destacam a importância do rio para a integração nacional e para o fornecimento de diversos serviços ecossistêmicos.

A gestão e conservação do Rio Tocantins sob a perspectiva federal, destaca a necessidade de políticas integradas e estratégias de manejo sustentável para garantir sua preservação. Como ressaltado por Santos (2019, p.25), a coordenação entre os diferentes órgãos federais é fundamental para superar as dificuldades com a poluição, o assoreamento e a degradação dos ecossistemas aquáticos do rio.

De acordo com Santos (2020 p.38), a pesca artesanal no Tocantins abrange desde a captura de peixes de água doce, fonte importante de proteína animal para as populações locais. No entanto, assim como em outras regiões do país, a pesca artesanal no Tocantins está relacionada à sustentabilidade e à gestão dos recursos pesqueiros. De acordo com os estudos de Oliveira (2018 p.51), a pressão crescente sobre os estoques pesqueiros, aliada à degradação dos *habitats* aquáticos, coloca em risco a viabilidade a longo prazo da pesca artesanal no estado.

A implementação de políticas públicas voltadas para o manejo sustentável da pesca artesanal é fundamental, para alcançar os objetivos, a criação de reservas extrativistas e áreas de proteção ambiental pode contribuir para a conservação dos recursos pesqueiros e para o fortalecimento das práticas tradicionais de pesca no Tocantins.

Além disso, é importante a valorização da pesca como uma atividade econômica e cultural. Nas palavras de Almeida (2017, p. 42), a inclusão dos pescadores nas políticas de desenvolvimento rural e na elaboração de programas de geração de renda contribui para melhoria das condições de vida das comunidades ribeirinhas do Tocantins, que desempenham a subsistência das comunidades locais e na conservação dos recursos pesqueiros da região.

Cabe expor que a inclusão dos pescadores artesanais nas políticas públicas de governo relaciona-se com a existência de colônias de pescadores, instituições, estas, que representam estes profissionais no Brasil. Elas desempenham um importante papel na defesa de seus associados, atuando no desenvolvimento socioeconômico das comunidades e na gestão dos recursos empregados na melhoria da atividade.

Para Silva (2017, p. 19), as colônias de pescadores surgiram no Brasil no início do século XX como resposta à necessidade de organização e representação dos trabalhadores da pesca. Essas colônias defendiam seus interesses frente aos governos e lidavam com os obstáculos socioeconômicos e ambientais. Segundo Oliveira (2018), as colônias devem

---

e uso sustentável. Esta atribuição é corroborada pela Lei nº 9.984/2000, que cria a Agência Nacional de Águas (ANA), órgão federal responsável pela implementação da política nacional de recursos hídricos.

Desempenhar um papel importante na articulação entre os pescadores, o poder público e a sociedade civil. Elas devem contribuir para a formulação e implementação de medidas de manejo e conservação dos recursos pesqueiros.

Sobre o funcionamento das colônias de pescadores, prevalecem como práticas a representatividade, a participação democrática, a gestão administrativa e a prestação de serviços aos seus associados. Como evidenciado por Santos (2019, p. 55), a estruturação e eficiência das colônias são fatores determinantes para sua capacidade de representação e defesa dos interesses dos pescadores artesanais.

Apesar de sua importância, as colônias passam por adversidades, como a falta de recursos financeiros, a burocracia administrativa e a desarticulação com outros atores sociais. Como apontado por Lima (2020, p. 26), a capacitação e o fortalecimento institucional das colônias são essenciais para superar esses obstáculos e promover uma representação eficaz dos pescadores artesanais.

As colônias se consolidaram como importantes instituições de representação dos pescadores artesanais, ganhando reconhecimento tanto no âmbito governamental quanto na sociedade civil. Elas passaram a defender os direitos de seus associados, exigir políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro e prestar serviços à comunidade.

As primeiras colônias de pescadores surgiram em resposta às condições precárias de trabalho e à exploração dos pescadores, que enfrentavam jornadas exaustivas, falta de segurança e recebiam baixos salários. Diante dessas adversidades, os pescadores se organizaram em associações buscando fortalecer sua posição perante os empregadores e o Estado.

A criação das colônias foi influenciada por movimentos sociais e políticos da época, que reivindicavam melhores condições de vida. Conforme destacado por Oliveira (2017, p.67), o contexto de lutas sindicais e greves operárias no país contribuiu para a consolidação das colônias de pescadores como espaços de organização e resistência dos pescadores artesanais.

Em suma, as primeiras colônias de pescadores no Brasil surgiram como resultado da luta e da organização dos trabalhadores da pesca, que buscavam superar as adversidades enfrentadas na atividade pesqueira. Essas instituições representaram um avanço na história dos pescadores, proporcionando representatividade em um contexto de exploração do trabalho.

Ao longo do tempo, as colônias de pescadores passaram a oferecer serviços e benefícios aos seus associados. Entre esses serviços incluem assistência jurídica, obtenção de crédito bancário, capacitação profissional e acesso a programas sociais.

Em 1930, durante o governo Vargas, as colônias de pescadores foram reconhecidas pelo estado brasileiro, conferindo-lhes legitimidade e representatividade. Conforme Oliveira

(2018, p.163), esse reconhecimento resultou na criação de políticas públicas específicas para o setor pesqueiro, visando à promoção do desenvolvimento das comunidades pesqueiras e à conservação dos recursos pesqueiros.

Nas décadas seguintes, as colônias de pescadores enfrentaram a burocratização, a falta de recursos financeiros e a interferência política. Segundo Santos (2019, p. 92), esses obstáculos muitas vezes comprometeram a eficácia das colônias como representantes legítimas dos pescadores artesanais, levando a um enfraquecimento da categoria e a uma perda de autonomia.

Recentemente, as colônias de pescadores têm buscado se adaptar às novas realidades socioeconômicas e ambientais. Conforme analisado por Lima (2020, p.55), a busca por uma gestão participativa e integrada dos recursos pesqueiros tem sido uma das estratégias adotadas pelas colônias.

De acordo com os estudos de Oliveira et al. (2018, p.33), as colônias de pescadores artesanais frequentemente apresentam uma estrutura organizacional complexa, baseada em uma combinação de tradições culturais locais e influências externas, como políticas governamentais e movimentos sociais. Essas colônias tendem a ser lideradas por figuras proeminentes dentro da comunidade, que desempenham papéis-chave na coordenação das atividades pesqueiras, na resolução de conflitos e na representação dos interesses dos pescadores perante as autoridades.

As dificuldades enfrentadas pelas colônias de pescadores artesanais no Brasil são a pressão crescente sobre os recursos pesqueiros. Conforme observado por Oliveira et al. (2018, p.31), em suas pesquisas sobre a dinâmica das colônias de pescadores, a sobrepesca e a degradação dos ecossistemas aquáticos representam ameaças significativas para a subsistência dessas comunidades.

De acordo com o presidente da colônia, os pescadores artesanais dependem dos recursos pesqueiros para obter renda e alimentos, e qualquer diminuição na disponibilidade de peixes pode ter impactos diretos em sua qualidade de vida. Algumas maneiras pelas quais a redução nos estoques pesqueiros pode afetar os pescadores artesanais são:

De acordo com Silva (2017, p.52), em sua dissertação de mestrado sobre governança e participação social na gestão dos recursos pesqueiros, a expansão de atividades econômicas como a agricultura, a mineração e a construção civil muitas vezes entra em conflito com os territórios tradicionalmente utilizados pelos pescadores artesanais, resultando em perda de acesso aos recursos naturais e restrições à prática da pesca.

As mudanças climáticas representam ameaça adicional às colônias de pescadores artesanais no Brasil, incluindo aquelas localizadas no Tocantins e em Porto Nacional. Sobre os problemas para a pesca artesanal, destacam-se os impactos das mudanças climáticas nos

padrões de chuva, temperatura da água e distribuição de espécies marinhas, afetando diretamente a disponibilidade e a produtividade dos recursos pesqueiros e a subsistência das comunidades pesqueiras.

As colônias de pescadores artesanais no Brasil enfrentam uma série de dificuldades que comprometem sua capacidade de subsistência e desenvolvimento socioeconômico. A solução requer a implementação de políticas públicas integradas e sustentáveis que promovam a conservação dos recursos pesqueiros, a resolução de conflitos territoriais, o fortalecimento da infraestrutura e o apoio técnico às comunidades pesqueiras.

A união dos pescadores em torno da colônia fortalece sua voz coletiva e aumenta sua capacidade de influenciar políticas e regulamentações relacionadas à pesca. As colônias de pescadores também proporcionam aos seus membros acesso a uma série de benefícios sociais e serviços essenciais.

Outro benefício importante de pertencer à colônia de pescadores é o compartilhamento de conhecimentos e experiências entre os membros da comunidade. Carvalho (2019, p.97), em sua tese de doutorado sobre o conhecimento tradicional e o manejo sustentável dos recursos pesqueiros, destaca que as colônias funcionam como espaços de troca de informações sobre técnicas de pesca, melhores práticas de conservação e adaptação a mudanças ambientais. Esse intercâmbio de conhecimentos fortalece a capacidade adaptativa das comunidades pesqueiras e promove a inovação no setor.

Além disso, promove um senso de solidariedade e apoio mútuo entre os membros da comunidade. Oportunidades para a pesca artesanal destacam que as colônias muitas vezes se mobilizam para apoiar pescadores em situações de crise, como desastres naturais ou dificuldades econômicas.

O movimento dos pescadores e pescadoras artesanais tem sido fundamental na luta pela organização e representatividade dessas comunidades. Conforme destacado por Oliveira et al. (2018, p.64), em sua análise sobre a dinâmica organizacional das colônias de pescadores, o movimento tem como objetivo central fortalecer a voz dessas comunidades perante as políticas públicas e as instituições governamentais, buscando garantir seus direitos e promover o desenvolvimento sustentável das atividades pesqueiras.

Além de sua atuação política e social, o movimento dos pescadores e pescadoras artesanais também contribui para a construção de identidade e o empoderamento das comunidades pesqueiras. Desempenha um papel na defesa dos direitos, interesses e condições de trabalho dessas comunidades. Sua atuação abrange desde a organização local até a

articulação em níveis mais amplos, buscando promover a sustentabilidade das atividades pesqueiras e o bem-estar das comunidades envolvidas.

Um dos critérios para o ingresso na colônia de pescadores artesanais é o vínculo com a atividade pesqueira. Segundo estudos de Oliveira et al. (2018, p. 25), os candidatos a membros da colônia geralmente devem comprovar sua experiência na pesca artesanal, seja como pescadores ativos ou como membros de famílias tradicionalmente envolvidas na atividade. Esse critério é importante para garantir que os membros da colônia compartilhem interesses e objetivos comuns relacionados à pesca.

O processo de avaliação e aceitação dos candidatos pode variar de uma colônia para outra e envolve uma combinação de entrevistas, análise de documentos e avaliação pelo conselho da colônia.

Por exemplo, em algumas comunidades, os critérios de admissão podem estar enraizados em tradições culturais específicas que acabam por excluir certos grupos ou indivíduos, resultando em desigualdades sociais. Em algumas situações, a falta de transparência ou a influência de interesses políticos podem distorcer o processo de seleção, minando a eficácia e a legitimidade da gestão dos recursos pesqueiros.

A compreensão e o respeito pelos critérios de admissão podem não ser suficientes para promover uma gestão inclusiva e sustentável. Questões como a distribuição justa dos benefícios da pesca, a participação igualitária nas tomadas de decisão e o empoderamento das comunidades precisam ser consideradas.

Portanto, ao invés de apenas aceitar os critérios de admissão como reflexos naturais das práticas e culturas locais, é importante questionar e analisar como esses critérios podem afetar a equidade, a justiça social e a sustentabilidade das comunidades pesqueiras. Essa reflexão auxilia na identificação de áreas para promover uma gestão eficaz e inclusiva dos recursos pesqueiros.

Apesar de sua importância socioeconômica e cultural, o pescador artesanal associado a colônias também revela vulnerabilidades e dificuldades. Santos e Almeida (2020, p. 102) destacam a exposição desses pescadores a condições de trabalho precárias, à degradação ambiental e à incerteza econômica.

A organização da colônia de pescadores é essencial para representar os interesses e necessidades junto às autoridades governamentais. Segundo Silva (2017, p. 87), as colônias atuam como mediadoras entre os pescadores e o Estado, defendendo políticas e programas que beneficiem as comunidades pesqueiras, como a regularização fundiária, o acesso a crédito e assistência técnica, e a garantia de direitos trabalhistas.

### 3 A COLÔNIA DE PESCADORES PORTO REAL Z-4 EM PORTO NACIONAL

A Colônia de Pescadores Porto Real Z-4, em Porto Nacional, foi fundada em 10 de fevereiro de 2005. É uma entidade representativa de classe, sem fins lucrativos. A primeira sede estava localizada na rua Duque de Caxias, 292, Jardim Brasília.

Analisando a ata de criação, identificamos a criação da assembleia para eleição e posse da primeira diretoria da colônia de pescadores do município, ocorrida no mesmo dia.

A aprovação do estatuto social da colônia, assinado pelos pescadores que se tornaram sócios fundadores, em seguida a eleição e posse da diretoria.<sup>5</sup>

Neste ato, os eleitos foram empossados na primeira diretoria da colônia de pescadores do município de Porto Nacional. Em 2013, a colônia recebeu do poder executivo municipal a doação do terreno (figuras 1 e 3). A construção da sede foi iniciada no ano seguinte e concluída em 2015.

Na colônia, a estrutura organizacional reflete as tradições culturais locais e os movimentos sociais, atua na resolução de conflitos e representa os interesses dos pescadores perante as autoridades. As lideranças surgem da própria comunidade, envolvendo experiência, habilidades de negociação e comprometimento com os interesses coletivos

Atua como intermediária entre os pescadores e as instituições governamentais, facilitando a comunicação e garantindo que as preocupações e necessidades da comunidade sejam ouvidas e consideradas.

Além disso, a colônia de pescadores em Porto Nacional sofre a influência de políticos da região. Essa interferência externa acaba por moldar a forma como a colônia é organizada e como suas atividades são conduzidas.

A colônia de pescadores, desempenha a organização e representação dos pescadores artesanais na região. Neste capítulo vamos explorar a importância da colônia, dificuldades e a contribuição para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade pesqueira.

---

<sup>5</sup> composta por: Jurimar Mendes Lima, presidente, Dávila Silva dos Santos, vice-presidente, Fábio Araújo Lira, primeiro secretário, Gercino Ferreira Araújo, segundo secretário, Antônio Ferreira Neto, Carmino Farias de Almeida, tesoureiro. Seguida dos Conselheiros Fiscais: Aurélio de Souza Amaral, Ângelo Rodrigues de Oliveira, Rosimeyre Ferreira Araújo, suplentes: Alcides Ferreira de Souza, Emílio Alves Costa e Deusilene Alves Guedes.



Figura 01 - Colônia de Pescadores de Porto Real Z-04



Fonte: acervo da autora (2022)

A associação tem quatro categorias de associados/as: sócios efetivos, classificados como pescadores artesanais, sócios cooperadores, qualquer cidadão que, após comprovada a idoneidade, deseja contribuir para o desenvolvimento da categoria, sócios honorários, qualquer cidadão que receber o reconhecimento da assembleia geral, pelos relevantes serviços prestados a classe, e sócios remidos, trabalhadores aposentados da pesca artesanal.

O pescador Valdemir Alves Costa Filho, é o atual presidente, está na direção desde 31 de março de 2012. A diretoria junto com o conselho fiscal, tem que cumprir a legislação e o estatuto próprio da colônia.

Observando, informando, monitorando e avaliando os pescadores e associados quanto ao cumprimento das exigências previstas no contexto jurídico. O presidente, mencionou a preocupação em relação ao entendimento das leis, alguns membros que compõem a diretoria não possuem conhecimento formal, segundo ele, isso dificulta o andamento das ações.

Cabe à instituição informar e intermediar, caso necessite, a concessão de benefícios: seguro defeso, aposentadoria, auxílio-doença e maternidade<sup>6</sup>. Destarte a importância dos benefícios sociais para os pescadores é defendida pelo seu presidente. Os benefícios incluem: seguro defeso, aposentadoria, auxílio-doença e auxílio-maternidade para os pescadores.

---

<sup>6</sup> Informações extraídas do Estatuto Social da Colônia de Pescadores Porto Real z-04 do município de Porto Nacional.

Figura 2 Acesso aos documentos da Colônia de Pescadores de Porto Real Z-04



Fonte: acervo da autora (2022)

Atualmente a colônia possui 84 associados ativos, sendo 19 mulheres e os demais homens, com idade de 30 a 72 anos, até o momento nenhum destes associados foi aposentado como pescador artesanal.

O seguro defeso é um benefício de 2.640 reais, destinado a compensar os pescadores durante o período de reprodução das espécies, quando a pesca é proibida com o objetivo de preservar os recursos pesqueiros. Conforme Silva (2018 p.93), esse benefício protege os estoques pesqueiros e garante renda aos pescadores durante os períodos de defeso.

Os pescadores revelam realidade complexa e desafiadora enfrentada pelos profissionais que dependem da pesca como meio de sustento. O período de defeso ou piracema, época que a pesca é proibida ou restrita para proteger a reprodução das espécies aquáticas, é crucial para a preservação dos recursos naturais.

Um entrevistado, expôs que alguns pescadores não respeitam o período defeso/piracema, por necessidades econômicas, devido ao atraso das parcelas e valor insuficiente para custear as despesas da família, por isso não cumprem a lei, após a afirmativa solicitou para não ser identificado.

O fato de não assumir a responsabilidade sobre a fala indica uma hesitação em admitir abertamente o descumprimento da lei, o que sugere um conflito interno entre a necessidade de respeitar as normas ambientais e a pressão das dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias dos pescadores.

A exposição feita pelo pescador revela a realidade enfrentada, que muitas vezes se vê em situações onde o cumprimento da lei entra em conflito direto com as necessidades básicas

de sobrevivência. O atraso das parcelas do seguro-defeso e o valor insuficiente para cobrir as despesas familiares destacam a urgência de políticas sociais e econômicas mais abrangentes para apoiar os trabalhadores da pesca durante os períodos de restrição.

É importante reconhecer que a preservação dos recursos naturais e o sustento das comunidades que dependem da pesca são objetivos mutuamente exclusivos.

A busca por soluções que conciliam a conservação ambiental com o bem-estar socioeconômico dos pescadores é fundamental para garantir a sustentabilidade a longo prazo das atividades pesqueiras.

De acordo com Aline, secretária da colônia, até o momento não há associado aposentado ou que já se aposentou como pescador artesanal. A previsão é de que nos próximos dois anos, três pescadores recebam aposentadoria.

A aposentadoria do pescador artesanal no Brasil tem regras específicas, sendo necessário que a mulher tenha 55 anos e o homem 60 anos, acrescidos de 15 anos de exercício profissional comprovado através das informações inseridas no sistema pela colônia.

Outro benefício é o auxílio-doença, que proporciona apoio financeiro aos pescadores durante períodos de incapacidade.

Em Porto Nacional, até o momento da entrevista, não havia registros de concessão do benefício, mesmo com alguns pescadores sofrendo lesões/acidentes como ferroadada de arraia, mordidas de piranha e anzol fígado no dedo.

Eles alegam que a burocracia para a concessão e o valor insuficiente para manutenção da família fazem com que não procurem atendimento médico, optando por tratamentos caseiros quando possível, para continuarem com a atividade.

O auxílio-maternidade é um benefício destinado a apoiar as pescadoras no pós-parto, garantindo-lhes condições financeiras nos primeiros seis meses. Até o momento da entrevista, nenhuma mulher recebeu o auxílio-maternidade.

Aline informou que as associadas possuem filhos adultos e, na época da gestação, não estavam vinculadas à colônia, portanto não eram habilitadas à concessão do benefício.

Atualmente, a colônia tem 19 mulheres associadas, sendo que 11 delas possuem companheiros e as demais são solteiras. No que concerne ao período de vinculação à colônia, alguns pescadores/as estão associados desde 2010.

As reuniões com os associados são regulares e envolvem repasses de informações. Elas se dividem em quatro categorias distintas, cada uma com suas responsabilidades e direitos específicos. Conforme Oliveira (2020, p.72), essas categorias incluem os pescadores artesanais, os proprietários de embarcações, os comerciantes de pescado e os representantes das

comunidades ribeirinhas. A participação ativa dessas categorias nas reuniões é fundamental para garantir uma representação abrangente e inclusiva dos interesses da comunidade pesqueira.

Nem sempre todas participam dos encontros, o que dificulta os repasses de informações e impossibilita a contribuição coletiva.

As decisões tomadas nessas reuniões têm impacto direto nas atividades pesqueiras, na gestão dos recursos naturais e no bem-estar das comunidades envolvidas.

A não participação das categorias nos encontros é recorrente e afeta a dinâmica e a eficácia das reuniões. Essa observação foi feita com base nas entrevistas realizadas com a secretaria e os associados da colônia.

O presidente da colônia citou que a falta de representação das categorias dificulta a inclusão de perspectivas e necessidades, o que prejudica a formulação de decisões coletivas que atendam aos interesses dos envolvidos.

Nas reuniões, acontece a prestação de contas da diretoria. Santos (2017, p.45) enfatiza que a transparência na gestão dos recursos e a prestação de contas são elementos que garantem a confiança dos associados e promovem uma governança participativa e responsável.

Os entrevistados mencionaram que os pescadores deixaram a colônia devido a discordâncias na forma como são conduzidos os repasses das prestações de contas e dos valores solicitados, além da taxa mensal para manutenção.

As reuniões acontecem através de convocação feita pela diretoria, o grupo reúne no galpão da colônia, no primeiro domingo de cada mês, é realizado os repasses de demandas, orientações e oitivas, analisam e deliberam as ações. O espaço é utilizado pelos pescadores para estacionamento de veículos, entrega dos peixes aos atravessadores<sup>7</sup>, armazenamento dos pescados e aquisição de gelo.

---

<sup>7</sup> Os atravessadores de peixes são intermediários frequentemente presentes na cadeia de comercialização de pescado, atuando entre os pescadores e os consumidores finais. Enquanto desempenham um papel crucial na distribuição e venda dos produtos pesqueiros, sua presença pode ser problemática por diversas razões. Muitas vezes exercem um controle desproporcional sobre os preços e as condições de venda do pescado. Ao comprar os peixes dos pescadores a preços baixos e revendê-los a preços elevados, esses intermediários obtêm lucros substanciais às custas tanto dos pescadores quanto dos consumidores. Essa disparidade nos preços pode resultar em renda inadequada para os pescadores e preços inflacionados para os consumidores, criando um ciclo de desigualdade econômica. Além disso, os atravessadores muitas vezes impõem exigências rigorosas aos pescadores, ditando os tipos de peixes a serem capturados e as quantidades a serem entregues.



Figura 3 Galpão da Colônia de Pescadores de Porto Real Z-04



Fonte: acervo da autora (2022)

Com a construção da sede da colônia às margens do lago, houve uma melhoria no acesso dos pescadores, mudança destacada pelo presidente da colônia. A acessibilidade para a atividade pesqueira contribui para a eficiência das operações. Os pescadores possuem deveres e direitos, regidos por estatuto, que designa as atribuições. O cumprimento dessas regras é essencial para garantir a segurança social.

Para Oliveira (2018, p. 63), a contribuição regular das taxas associativas, cujo valor varia de acordo com cada colônia, sendo de 50,00 reais em Porto Nacional, a participação em assembleias e o respeito às normas internas são fundamentais e fortalecem a coesão e representatividade da comunidade pesqueira.

Santos (2017) destaca a necessidade de conscientização e capacitação dos associados sobre os direitos e responsabilidades, bem como o fortalecimento das estruturas de governança e controle interno na colônia. Valdemir afirma que, para manter a inscrição ativa, é necessário exercer a profissão.

Caso o pescador passe dois ou mais anos sem exercer a atividade pesqueira, pode ter a inscrição cancelada por decisão da assembleia. O monitoramento é realizado através da participação nas reuniões, do pagamento das mensalidades e da emissão da guia do pescado. Outra situação de cancelamento está relacionada ao atraso dos débitos por período igual ou superior a seis meses.

Se algum associado não cumprir as normas estipuladas no estatuto, a diretoria tem a prerrogativa de aplicar medidas disciplinares, como a suspensão do associado por um período de um a seis meses. O presidente citou que, até o momento, nenhum pescador foi penalizado.

Os que deixaram a colônia discordavam das medidas estabelecidas para pagamento extra, que seria aplicado a melhorias na instituição, desvinculando-se da Z-04 e vinculando-se a outras colônias em cidades diferentes, mas mantendo a prática da pesca em Porto Nacional.

A precarização dos equipamentos demonstra as dificuldades da associação. No momento, possui uma máquina de fabricação de gelo (figura 5) e comercializa o gelo para a comunidade. Para os pescadores, o valor é reduzido para metade do preço.

Figura 4 Máquina de fabricação de gelo - Colônia de Pescadores de Porto Real Z-04



Fonte: acervo da autora (2022)

A câmara frigorífica local, destinada ao armazenamento e à conservação dos produtos pesqueiros, contribui para o desenvolvimento econômico (figura 6), mantendo a qualidade e conservação do pescado. Silva (2018, p. 25) expõe que a refrigeração adequada pode prolongar a vida útil do pescado, reduzir o desperdício e garantir a segurança alimentar das comunidades pesqueiras.

Oliveira (2020) declara que a capacidade de armazenamento refrigerado oferecida pela câmara frigorífica permite aos pescadores negociar melhores preços e explorar novos mercados, aumentando a renda e a sustentabilidade financeira.

Apesar dos benefícios oferecidos pela câmara frigorífica, sua operação e manutenção representam um desafio para as colônias de pescadores, em termos de custos e gestão adequada dos recursos. Segundo Santos (2017), é fundamental que as colônias estabeleçam políticas e estratégias eficazes para garantir a sustentabilidade e o bom funcionamento da câmara frigorífica a longo prazo.

É necessário um esforço contínuo para assegurar a eficácia e sustentabilidade dessa infraestrutura, visando beneficiar os pescadores e toda a cadeia produtiva da pesca.

Figura 5- Câmara frigorífica, armazenar peixes – Colônia de Pescadores de Porto Real Z-04



Fonte: acervo da autora (2022)

A colônia tem dois colaboradores que se denominam pescadores. Uma secretária atende de segunda a sexta-feira no período matutino e realiza a atividade da pesca nos demais horários. Um zelador, que reside na própria colônia, atende os pescadores constantemente.

Ambos recebem um valor mensal (não informado) como pagamento pelos serviços prestados. Todos os meses, os associados têm que contribuir com uma taxa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para a manutenção dos serviços e dos colaboradores.

Analisando as informações fornecidas pela secretária Aline, até o ano de 2009, a colônia tinha um total de 300 pescadores associados, indicando uma comunidade pesqueira relativamente grande. No ano seguinte, houve uma redução drástica no número de associados, caindo para apenas 80 pescadores.

O presidente afirma que essa diminuição repentina é atribuída a mudanças nas normas da associação, como a imposição de novas taxas e contribuições, além de requisitos mais rigorosos para manter a filiação. Essas mudanças podem ter afetado a adesão e permanência dos pescadores, fazendo com que alguns optassem por deixar a colônia em Porto Nacional e se associarem a outras colônias.

A comunidade lida com a admissão de novos membros e o equilíbrio entre tradições locais e mudanças sociais. A implementação de um processo de avaliação transparente e imparcial pode ser benéfica, ajudando a garantir que os candidatos sejam selecionados com base em critérios justos, promovendo a coesão social e a participação democrática.

É importante adaptar o processo de avaliação e aceitação às necessidades e características da comunidade, considerando a cultura, tradições e desafios locais. A consulta às partes interessadas e a colaboração com os membros da comunidade são fundamentais para desenvolver um processo que atenda às expectativas e necessidades de todos os envolvidos.

Atualmente, a colônia registra um aumento no número de associados, chegando a 84 em relação ao número de 2010, sugerindo uma possível recuperação ou estabilização na comunidade pesqueira. É notável que 19 dos 84 associados são mulheres, o que pode indicar inclusão de gênero ou mudanças nas dinâmicas sociais e econômicas.

A redução no número de associados da colônia desde a sua criação até os dias atuais, segundo Foschiera & Pereira, informa que:

Muitos se desligaram da colônia devido ao pagamento do tributo mensal que deveria ser feito em relação à quantidade de pesca efetivada, bem como, os pescadores que tinham outro trabalho com carteira assinada ou eram funcionários públicos ficavam impossibilitados de serem integrantes da colônia (2014, p.8).

O presidente da colônia envolve o cumprimento dos critérios previstos na legislação e no estatuto. Na época, muitos associados não estavam aptos a permanecer, pois não eram pescadores artesanais. Valdemir enfatizou que muitos participavam com a intenção de obter o seguro-defeso.

Outros optaram por trabalhar com carteira assinada, deixando de obter o sustento exclusivamente através da pescaria, mas podem voltar a se dedicar exclusivamente à pesca. Quando isso ocorre, fica a critério do pescador retornar ao vínculo com a colônia. Outra situação é o pagamento mensal dos valores estipulados e a emissão e pagamento de guias da previdência social.

Pautado nas contribuições de Miranda, “a inclusão social do pescador profissional está alicerçada na carteira de pescador profissional, medida federal que dá direito ao recebimento de um salário nos períodos de defeso” (2016, p. 80). Possivelmente, um dos motivos da recusa à adesão e permanência do pescador na colônia esteja relacionado ao repasse financeiro mensal no período de defeso.

Dependendo da família do pescador, um salário-mínimo pode ser insuficiente para a manutenção da família. Por outro lado, torna-se viável a filiação à colônia, pois, através dela, o pescador pode obter benefícios, como a aposentadoria.

Quando o trabalhador preenche os requisitos exigidos, como o cumprimento do prazo de carência de doze meses como associado, ele é declarado pescador artesanal e encontra-se apto a usufruir dos benefícios como licença-maternidade e aposentadoria especial. Para auxílio-doença e pensão por morte, não existe prazo de carência a ser cumprido.



Apesar de ser uma entidade voltada para defender os interesses dos pescadores, essa representatividade não é percebida como uma voz unificada perante as autoridades. A falta de coesão pode ser atribuída a vários fatores, como divergências internas entre os pescadores, comunicação ineficaz entre os membros, e reconhecimento insuficiente por parte das autoridades e instituições externas.

Conforme destaca Lima (2019), a colônia deve atuar como um canal de comunicação entre os pescadores e os órgãos responsáveis pela regulamentação da atividade pesqueira, buscando garantir seus direitos e melhorar suas condições de trabalho. No entanto, essa não é a realidade da colônia de pescadores estudada, onde se nota pouca movimentação diante das demandas.

#### **4 VOZES DA PESCA: SABERES E DESAFIOS DE UMA COMUNIDADE DE PESCADORES EM PORTO NACIONAL**

Neste capítulo serão apresentados os resultados e discussões do estudo relacionado à vida do pescador e sua inserção e permanência na pesca, o que significa caracterizar a atividade, investigar os saberes e métodos utilizados na pesca e compreender os desafios no exercício da profissão.

Participaram das entrevistas quatro pescadores e duas pescadoras. Cabe salientar que solicitamos à diretoria da colônia os contatos dos pescadores; no entanto, obtivemos informações de apenas seis. A colônia não explicou o motivo da negativa dos demais contatos. Com o intuito de preservar a identidade dos pescadores entrevistados, optamos pelo uso de nomes fictícios.

Com idades entre 44 e 73 anos, os entrevistados representam diferentes gerações, o que provavelmente influencia suas práticas de pesca, conhecimentos tradicionais e necessidades para lidar com as mudanças ambientais, sociais e econômicas. A maioria dos associados é composta por homens.

Muitos dos pescadores, com idade superior a 60 anos, têm direito à aposentadoria, mas ainda continuam exercendo a pesca. Nesses casos, eles permanecem associados à colônia, embora não recebam o seguro-defeso e declarem a atividade pesqueira principal para seu sustento.

Em termos de escolaridade, todos os entrevistados têm apenas a primeira etapa completa do ensino fundamental. O baixo nível de instrução entre os pescadores artesanais é uma realidade que afeta a vida individual desses trabalhadores. A literatura acadêmica revela diversas razões que explicam o baixo nível de instrução entre os pescadores artesanais.

Estudos como o de Silva (2018) apontam a falta de acesso à educação formal em áreas remotas e rurais como um dos principais fatores. Além disso, a sazonalidade do trabalho pesqueiro leva os jovens a abandonarem a escola para ajudar a sustentar a família, o que afeta diretamente o nível educacional, afirma Oliveira (2018).

Pessoas com pouca instrução não conseguem empregos ou recebem baixos salários, perpetuando a situação de pobreza. Santos (2020) expõe como a instrução formal afeta a habilidade dos pescadores em compreender e adotar práticas de pesca sustentável, afetando os recursos pesqueiros.

Conforme Santos & Santos (2005, p. 168), a pesca é considerada uma atividade milenar, sendo fonte de alimento, renda e lazer, especialmente para a população que reside às

margens dos rios, contribuindo para o desenvolvimento regional e local. O pesquisador Cardoso contribui para esse raciocínio, enfatizando que:

O fazer pesqueiro está presente desde a pré-história da humanidade. Como atividade extrativa compôs a dieta alimentar dos grupos humanos ancestrais. Este fazer, remonta a um saber - um saber sobre a natureza construído por homens e mulheres, um saber construído na apropriação da natureza. A natureza é o objeto de trabalho do pescador. Além de um processo econômico, a apropriação da natureza na atividade pesqueira é um processo de conhecimento construído na prática do pescador. Como uma forma de organização social e econômica, a atividade pesqueira apresenta uma temporalidade muito antiga. Apesar de estar desvinculada dos esquemas clássicos de periodização da civilização humana, a atividade pesqueira permeou toda a trajetória da humanidade até os dias de hoje (2001, p.22).

Para Bosi (1994), é do vínculo com o passado que se extrai a força para a formação da identidade. E trabalhar com a memória é trabalhar com o tempo vivido, pela cultura e pelo indivíduo.

O processo de conhecimento e trabalho é construído na trajetória dos pescadores, iniciando-se na infância e constituindo uma cultura própria, um conjunto de conhecimentos que envolve a prática e contempla formas de ver e compreender o mundo. Isso inclui identificar e interpretar os fenômenos naturais que afetam as pescarias, além das relações sociais que permeiam a profissão.

As entrevistas mostram o vínculo emocional e cultural com a pesca, remontando às experiências da infância. Ao demonstrarem sua satisfação com a pesca desde jovens, eles destacam a relevância da atividade em suas vidas.

Os relatos dos pescadores evidenciam a transmissão intergeracional dessa profissão, herdada de seus familiares. A continuidade na atividade pesqueira reflete tradições, valores familiares e mantém vivas as práticas e conhecimentos acumulados ao longo das gerações.

Vilmar, 58 anos, casado e com baixo nível de escolaridade, associado à colônia desde sua criação, disse que começou a pescar aos 8 anos, seguindo os passos da mãe e do cunhado:

ainda menino, ficava olhando meu cunhado pescar muito peixe, na época eu morava na beira do rio Tocantins, com minha mãe, ela era ribeirinha, trabalhava na roça, plantava vazante e pescava, eu era o caçula de cinco irmãos, só que ela não ia pescar longe, pescava só pra nós comer, eu queria ser igual meu cunhado, pegar muitos peixes, um dia tive coragem e pedi mãe pra deixar eu ir, ela liberou e ele me levou, me ensinou muita coisa, eu aprendi e desde então estou na pesca, é minha profissão, não me vejo em outra. (Pescador Vilmar).

O entrevistado, que é morador da beira do rio Tocantins, tem uma ligação com o ambiente aquático desde cedo. Esse contexto influencia seu interesse pela pesca, pois crescer perto do rio pode moldar uma conexão intrínseca com a atividade pesqueira.

A mãe do entrevistado trabalhava para aumentar a renda familiar por meio da pesca e da agricultura. Isso demonstra a diversificação das fontes de subsistência da família na época, onde a pesca e a agricultura se complementam para garantir a segurança alimentar. A interação entre essas atividades, apesar de Vilmar ter crescido, pode ter influenciado as experiências e perspectivas do entrevistado em relação ao trabalho e à vida familiar.

Embora Vilmar tenha crescido em um ambiente propício à pesca, é importante considerar que a atividade da pesca é aprendida e desenvolvida ao longo do tempo. Assim, apesar da proximidade com o rio Tocantins tê-lo influenciado desde cedo, sua habilidade e dedicação à pesca foram provavelmente moldadas por vivências familiares, tradições culturais e aprendizado prático.

Ana, pescadora, solteira, de 49 anos, provedora do lar e sem escolaridade, está associada à colônia há 13 anos e ingressou na atividade devido às necessidades financeiras. Ela conhece a atividade desde a infância e viu a pesca como uma alternativa para sustentar a família.

Eu tornei pescadora devido a necessidade financeiras, quando criança meus pais pescavam, para sustentar a família, cresci, casei-me, tive filhos, separei, estava desempregada, como eu sabia pescar, comprei uma canoa usada, e fui para rio, os meninos eram tudo pequeno, hoje estão todos grandes, com estudo e saúde, são três, até o momento só um seguiu minha profissão, criei todos através da pesca, fiz o que meu pai fez comigo, ensinei todos os filhos a pescar.

A narrativa da entrevistada revela uma trajetória de vida marcada pela necessidade financeira e pela transferência intergeracional de conhecimentos e práticas de pesca. Apesar de ter crescido em um ambiente onde a pesca era uma atividade essencial para a subsistência familiar, sua decisão de se tornar uma pescadora foi motivada pela necessidade financeira após se encontrar sem emprego.

Isso levanta questionamentos sobre até que ponto a profissão de pescador foi uma opção livre ou uma resposta pragmática às circunstâncias econômicas. Ana conta como seus pais pescavam para sustentar a família e como ela aprendeu a pescar desde criança.

A transmissão dessas habilidades de geração em geração demonstra a relevância da família como uma fonte de conhecimento e capacitação na pesca. No entanto, também levanta questões sobre como as expectativas familiares e as tradições culturais podem influenciar as escolhas individuais dos filhos.

Ana disse que criou seus filhos pescando, mas apenas um deles escolheu seguir sua profissão. Isso indica que, apesar da relevância da pesca para sustentar a família, outros fatores

como o acesso à educação e oportunidades de trabalho também desempenharam um papel relevante no desenvolvimento dos filhos.

Ana é uma mulher que trabalha como pescadora para sustentar sua família. A entrevistada contou como é difícil tomar decisões e usar as relações familiares nas comunidades de pesca.

A participação feminina na pesca é significativamente inferior em relação aos homens; no entanto, elas desenvolvem essa atividade desde a infância. Durante uma conversa com a pescadora Leli, solteira de 47 anos, que está associada à colônia há 15 anos, mãe e provedora do lar, com ensino fundamental incompleto, ela destacou a influência que teve na infância devido ao seu início precoce na profissão.

Iniciei na pesca tinha de 8 para 9 anos, já ficava no jacumã, conduzindo a canoa e minha mãe colocava o espinhel, tinha dia que pegava muito peixe, outro dia nem tanto, mês de maio era bom, pegava muito mandi cabeça de ferro, pescava a noite com minha mãe e minha irmã, desde então não parei mais, tudo que tenho foi através da pesca (Pescadora Leli).

Leli revela uma conexão com a pesca desde a infância, começando aos 8 ou 9 anos de idade, uma iniciação precoce e uma exposição significativa à atividade. Isso levanta questões sobre habilidades e experiências na pesca, bem como sobre o impacto dessas experiências precoces no desenvolvimento pessoal e profissional da entrevistada.

A menção da mãe e da irmã pela entrevistada mostra as dinâmicas da atividade pesqueira. Isso demonstra que a pesca não é apenas uma atividade individual, mas às vezes uma atividade coletiva que requer a colaboração e o apoio mútuo entre os membros da família. Essa cooperação tem influências no sucesso na pesca, nos laços familiares e nas relações interpessoais.

Ana menciona que “havia dias em que pegava muito peixe e outros dias em que a captura era menos abundante”. Isso demonstra a natureza imprevisível da pesca e a variabilidade nos resultados, que podem ser influenciados por uma série de fatores, como condições climáticas, sazonalidade e técnicas de pesca.

A declaração final da entrevistada, afirmando que “tudo que tenho foi através da pesca”, ressalta a importância central da pesca em sua vida e subsistência, evidenciando sua dependência da atividade pesqueira como fonte principal de renda e meios de sustento.

Ao mesmo tempo, também levanta questões sobre a segurança econômica e a estabilidade a longo prazo de uma profissão tão intimamente ligada às condições naturais.

Outro entrevistado, o senhor Arnaldo, 73 anos, casado e aposentado, está vinculado à colônia desde a sua criação. Arnaldo se aposentou por idade e, devido ao benefício do INSS,

não se enquadra nos requisitos para o recebimento do seguro defeso, apesar de ter idade e exercer a profissão desde a infância.

Foi assim, meu pai ensinou todos os filhos a pescar, inclusive as mulheres, na época éramos 9, comecei com uns anos de idade. Nós íamos para beira do rio, pescava de linha de mão e caniço, na época da cheia as meninas só tratavam os peixes, era muito, saímos muito cedo, pegamos peixe grande, jaú e fiote. “Vou fazer 70 anos que pesco, já estou idoso, mas quase todos os dias eu vou pescar, tenho 4 filhos, ensinei todos eles a pescar, o mais velho também é pescador artesanal” (Pescador Arnaldo)

A história do entrevistado mostra as tradições familiares e a importância da pesca em sua vida. O pai do entrevistado instruiu seus filhos e filhas a pescar, enfatizando a relevância da transmissão de conhecimentos e habilidades dentro da família. Isso demonstra uma abordagem inclusiva em relação à participação das mulheres na pesca, rompendo com estereótipos de gênero e promovendo a igualdade de oportunidades na prática pesqueira.

Ele conta que começou a pescar aos 4 anos de idade, o que indica uma iniciação precoce na atividade, assim como muitos outros, uma profunda imersão na cultura pesqueira, moldando sua identidade e estilo de vida desde cedo.

A descrição das atividades familiares na pesca, com todos os membros participando, mostra a importância da colaboração familiar, que não apenas fortalece os laços, mas também contribui para a transmissão de valores e tradições relacionadas à pesca.

Apesar de estar envelhecendo, o entrevistado ainda se dedica regularmente à pesca, demonstrando uma profunda e duradoura ligação com essa atividade ao longo de sua vida. Sua persistência e comprometimento ao longo dos anos destacam a importância contínua da pesca em sua vida e sua identidade como pescador.

O pescador Divino, casado, 43 anos, associado à colônia há 8 anos, provedor do lar e com baixa escolaridade, falou sobre sua ligação profunda e arraigada com a pesca desde a infância, refletindo uma herança familiar e uma paixão pessoal pela atividade.

Saber pescar para mim é um privilégio, sou pescador desde criança, herdei a profissão dos meus pais e tios. Já peguei muito peixe, minha mãe me mandava para a escola, eu ficava lá um pouco, na hora do recreio eu pulava o cercado da escola e ia pro rio pescar, ela brigava, mas o amor pela pesca foi maior, logo parei de estudar e me dediquei à pesca, na época meu pai me deu uma canoa e me ajudou a fazer um remo, pescava dia noite (Pescador Divino).

O entrevistado também relata que herdou a profissão de pescador de seus pais e tios, destacando a importância da pesca como uma tradição transmitida de geração em geração em sua família. Essa herança cultural influenciou sua escolha de carreira e moldou sua identidade e sentido de pertencimento dentro da comunidade.

Divino ilustra os obstáculos enfrentados entre a educação formal e a dedicação à pesca. Apesar de sua mãe incentivá-lo a frequentar a escola, sua paixão pela pesca o levou a dar prioridade à atividade em detrimento dos estudos. Isso levanta questões importantes sobre as pressões e escolhas enfrentadas pelos jovens em comunidades onde a pesca é uma parte central da vida cotidiana.

No entanto, Divino não buscou alternativas ou oportunidades de carreira. Seu relato sobre receber uma canoa de seu pai e pescar todos os dias reflete os sacrifícios feitos para obter o sustento e a subsistência, mas também revela os obstáculos econômicos e as dificuldades que muitos jovens enfrentam em comunidades dependentes da pesca. Sendo assim, é importante considerar a dedicação, o compromisso e as circunstâncias que influenciaram as escolhas e limitações de Divino.

O entrevistado demonstra uma forte ligação emocional com a pesca, tornando-a uma parte essencial de sua identidade e existência. Ao analisarmos esses aspectos da história de Divino, podemos compreender as complexidades e significados que envolvem a vida de um pescador, sua relação com a pesca, o modo de vida e a expressão da identidade cultural.

Outro entrevistado foi o pescador Lucas, 53 anos, casado, associado à colônia há 14 anos e sem escolaridade, que compartilhou sua trajetória na pesca, abordando os ensinamentos repassados pelo pai a toda a família e os valores relacionados à pesca ao longo das gerações. Essa tradição familiar proporcionou uma habilidade essencial para a sobrevivência, fortalecendo os laços familiares e a coesão dentro do núcleo familiar.

A pesca está em minha família há muitos anos, papai pescava desde criança, ele nos ensinou a pescar para não passar por dificuldades, comecei com sete anos de idade, pescava na ceva, de linha de mão e caniço, como era muita gente na casa, nossa alimentação era peixe em todas as refeições, depois que mudamos para a cidade, passei a vender o peixe, (pescador Lucas).

Ele disse ter começado a pescar aos 7 anos, o que demonstra, assim como os outros entrevistados, uma iniciação precoce na atividade. O início precoce sugere uma exposição à atividade pesqueira desde a infância, moldando sua identidade e estilo de vida. Através dos relatos, percebemos que a pesca não é uma atividade recreativa, mas sim uma fonte indispensável de alimentação para a família.

A mudança para a cidade trouxe alteração ao entrevistado, passando de pescador e consumidor para pescador, vendedor e consumidor. Isso reflete adaptação às mudanças nas circunstâncias e no ambiente, demonstrando a capacidade de se ajustar e buscar oportunidades de sustento em diferentes contextos.

A pesca artesanal, atividade intrinsecamente ligada às relações de parentesco e à transmissão de conhecimento de geração em geração, destaca-se nas narrativas dos pescadores e suas inserções na pesca através de suas famílias. Isso evidencia a influência dos laços de parentesco na socialização e na continuidade dessa prática ao longo do tempo.

As narrativas dos pescadores revelam que suas inserções na pesca foram iniciadas pelos pais, que os acompanhavam desde cedo na atividade. Segundo Diegues (2004), as relações de parentesco desempenham um papel fundamental na perpetuação da atividade pesqueira, envolvendo frequentemente pais, avós, tios e irmãos.

O pescador Arnaldo, contribui expondo sobre a importância da observação:

“Meu pai sempre dizia que a observação era a melhor ferramenta de um pescador. Ele me ensinou a ler as nuvens, sentir a direção do vento e observar o comportamento dos peixes. Esses são conhecimentos que passam de geração em geração na nossa família e são fundamentais para o nosso sucesso na pesca”.

Destaca-se como os pescadores reconhecem a importância dos conhecimentos tradicionais, transmitidos oralmente, para melhor compreender e interagir com o ambiente aquático. A perpetuação das tradições, a transmissão de conhecimentos e técnicas de pesca de uma geração para outra é um aspecto central da cultura pesqueira.

Os relatos dos pescadores destacam como suas famílias transmitem habilidades práticas de pesca, valores, crenças e tradições associadas à atividade. Essa transmissão intergeracional fortalece os laços de parentesco e contribui para a continuidade da pesca artesanal ao longo do tempo.

Assim, o parentesco na pesca artesanal influencia a prática e tem impacto significativo nas comunidades pesqueiras. Os laços familiares fortalecem o senso de identidade e pertencimento dos pescadores, promovendo a solidariedade e a cooperação entre os membros. A transmissão do saber na pesca artesanal é um processo enraizado na oralidade e na tradição familiar.

Os pescadores, desde a infância, aprendem as habilidades e técnicas da pesca através da experiência prática e da sabedoria repassadas oralmente por seus pais e parentes, refletindo o conceito de conhecimento tradicional conforme teorizado por Arruda e Diegues (2001).

Desde a infância, os pescadores são inseridos na atividade pesqueira acompanhando os pais. Inicialmente, atuam como acompanhantes ou ajudantes, observando e absorvendo os conhecimentos práticos transmitidos oralmente. Com o tempo, começam a participar ativamente da pesca, aprendendo as nuances da captura do peixe e todas as etapas do processo.



As informações transmitidas pelos pais e parentes, que também são pescadores artesanais, são essencialmente orais. Por meio de histórias, exemplos práticos e orientações diretas, os jovens pescadores absorvem não apenas as técnicas de pesca, mas também os valores e a ética associados à atividade. Vilmar informa que cada pescador tem seus hábitos.

“Todo pescador tem seus segredos, e só quem vive aqui conhece de verdade, aprendi desde pequeno com meu avô os melhores lugares para encontrar determinadas espécies, os momentos ideais do dia para pescar e até mesmo os sinais da natureza que indicam uma boa pescaria. Esses conhecimentos não estão em nenhum livro, são passados de boca em boca, de pescador para pescador”.

Esse tipo de repasse de conhecimento reflete o conceito do tradicional, como conjunto de saberes de geração em geração, conforme descrito por Arruda e Diegues (2001). O conhecimento tradicional desempenha um papel fundamental na sustentabilidade e na resiliência das comunidades pesqueiras.

Ao preservar e transmitir as práticas e técnicas que se mostraram eficazes ao longo do tempo, os pescadores garantem a continuidade da atividade pesqueira e sua adaptação às mudanças ambientais e sociais. Além disso, o conhecimento tradicional também contribui para a preservação da identidade cultural das comunidades pesqueiras.

As memórias dos pescadores são ricas em detalhes, refletindo as experiências individuais e a influência das comunidades nas quais estão inseridos. Este texto explora a importância dessas memórias coletivas na transmissão do conhecimento tradicional da pesca, destacando a interação entre as lembranças individuais e as memórias dos grupos sociais.

A construção da memória coletiva, conforme Halbwachs (1990), mostra que a lembrança individual é construída dentro de uma comunidade afetiva, onde as interações sociais moldam as lembranças dos indivíduos.

As memórias dos pescadores sobre suas experiências com a pesca artesanal são influenciadas pelas lembranças dos grupos sociais aos quais pertencem, como a família, a comunidade pesqueira e os colegas de trabalho.

Essa memória coletiva se entrelaça e contribui para a formação da identidade dos pescadores e para a transmissão do conhecimento tradicional da pesca. O repasse do conhecimento tradicional através da oralidade, evidenciado por meio de relatos, revela como suas memórias individuais estão intrinsecamente ligadas às lembranças compartilhadas pelos membros de suas comunidades.

Desde a infância, os pescadores aprendem sobre a pesca artesanal através da oralidade, recebendo ensinamentos e orientações de seus pais e parentes que também são pescadores. Essa

transmissão oral do conhecimento tradicional é fundamental para a preservação das técnicas de pesca e para a continuidade da atividade ao longo das gerações.

As memórias afetivas dos pescadores exercem uma influência significativa na prática; as lembranças compartilhadas dos sucessos fortalecem os laços de solidariedade e cooperação.

Além disso, a transmissão oral do conhecimento tradicional garante que as técnicas de pesca sejam preservadas e adaptadas às mudanças ambientais e sociais.

No entanto, essa atividade também é permeada por riscos à vida. Existe uma dualidade na pesca artesanal: destaca-se a importância do aspecto terapêutico para os pescadores, ao mesmo tempo em que reconhece os perigos e desafios enfrentados por eles.

Para os pescadores, a atividade vai além da fonte de sustento. Muitos relatam que o ato de pescar proporciona uma sensação de calma e relaxamento, permitindo-lhes escapar temporariamente das preocupações do dia a dia. De acordo com estudos como o de Smith et al. (2018), a conexão com a natureza durante a pesca pode reduzir os níveis de estresse e ansiedade, promovendo o bem-estar físico e mental dos pescadores.

É uma atividade repleta de perigos: os pescadores enfrentam condições climáticas adversas, longas jornadas de trabalho e incertezas quanto à captura. Estudos como o de Silva (2018) destacam os riscos à vida enfrentados pelos pescadores em seu cotidiano de trabalho.

Cabe enfatizar que as conversações com os pescadores ocorreram através da escuta sensível, uma abordagem que vai além da simples audição das palavras proferidas, envolvendo uma compreensão profunda das emoções, dos contextos e das nuances presentes nas conversas. Segundo Silva (2017), a escuta sensível requer empatia, abertura e disposição para compreender verdadeiramente o ponto de vista do outro, sem julgamentos prévios ou preconceitos.

A experiência da pesca é, portanto, marcada por uma dualidade: de um lado, a atividade proporciona momentos de tranquilidade e prazer, funcionando como um verdadeiro tratamento para os pescadores. Por outro lado, esses momentos de relaxamento contradizem a dureza e imprevisibilidade da vida no rio, onde os pescadores enfrentam contratemplos, como evidenciado pelo pescador Divino:

“Me realizo na pesca, tem dia que pesco muitos peixes, outro só para comer. Quando chove é perigoso o banheiro dá medo, a noite é mais difícil, se não tiver uma lanterna o risco de acidente é grande, pois arraia e piranha faz um estrago na gente, mas pesco mesmo assim, não me vejo longe do rio sem pescar”.

O pescador expressa realização e identificação com a pesca, descrevendo como se sente completo quando está pescando, os perigos enfrentados durante a atividade, especialmente em condições adversas como chuva e durante a noite. Ele menciona o medo do

banheiro causado pela chuva e os riscos de acidentes, como encontros com arraias e piranhas. Esses comentários destacam os aspectos físicos e emocionais desafiadores da atividade pesqueira, ressaltando a coragem e a determinação necessárias para enfrentá-los.

Apesar dos entraves, o pescador continua pescando, demonstrando uma resiliência e persistência admiráveis. Sua disposição de enfrentar os riscos e continuar na atividade pesqueira ressalta o seu compromisso com a profissão e sua capacidade de superar adversidades em busca de seus objetivos.

Ao analisar esses aspectos da narrativa do pescador, podemos reconhecer a complexidade e a profundidade da experiência de vida e trabalho dos pescadores, bem como sua importância cultural e econômica nas comunidades ribeirinhas.

Os obstáculos enfrentados pelos pescadores, dentre eles está a rotina para alcançar o êxito, que é a captura de pescados, Arnaldo citou que:

“levanto-me às 4 horas, levo algo para comer, passo na colônia compro o gelo e vou pescar, quando o dia amanhece minha traia já está na água, fico esperando e vou olhar, tiro o peixe da rede ou espinhel, e estiro novamente, já trato o peixe e coloco na caixa, tem dia que retorno pra casa a tardezinha, cansado, mas satisfeito com o resultado”.

O fato de o pescador Arnaldo, de 73 anos, estar associado à colônia desde o momento de sua fundação, levantar tão cedo e iniciar suas atividades de pesca logo ao amanhecer demonstra disciplina e dedicação à sua profissão. Essa rotina rigorosa é comum entre os pescadores, que frequentemente precisam aproveitar as melhores horas do dia para garantir uma boa captura.

A descrição de como ele se prepara para o dia de pesca, comprando gelo na colônia e garantindo que sua “traia” esteja pronta, destaca a importância da logística e do planejamento na atividade pesqueira.

Esses detalhes mostram como os pescadores precisam estar bem equipados e organizados para adentrar no ambiente aquático.

Ele menciona como passa o tempo esperando e observando os apetrechos na água, destacando a paciência e a habilidade de observação necessárias para a pesca bem-sucedida. Essa paciência é uma característica dos pescadores, que muitas vezes precisam esperar horas até que os peixes sejam atraídos para suas armadilhas.

Apesar do cansaço e das longas horas dedicadas, Arnaldo expressa satisfação com os resultados de seu trabalho. Essa satisfação pode vir dos peixes capturados e da sensação de realização ao desempenhar a atividade que faz parte de sua identidade e subsistência.

Ao considerar esses aspectos da rotina, podemos entender melhor a dedicação e o esforço envolvidos na vida de um pescador. Sua narrativa reflete aspectos-chave da atividade pesqueira, como disciplina, preparação, paciência e gratificação, que são fundamentais para o sucesso e a sustentabilidade dessa profissão. Assim como Arnaldo, o pescador Lucas enfatiza sobre a rotina adotada para exercer sua profissão:

“acordo pela madrugada, me ajeito e vou para o rio, na estrada eu agradeço a Deus, pela minha profissão e disposição para trabalhar, tem muitos que amanhecem o dia, não sabem nem para onde ir, sem emprego. Toda profissão é difícil, tem que saber lidar, e trabalhar com amor, dedicação e atenção, já sofri vários acidentes, piranha já arrancou um tampo na minha mão, outra vez comeu a cabeça do dedo, arraia já me ferrou, tem dia a mãos ficam toda ferida de tirar e tratar os peixes, que tem espinhos nas costas”.

Como os demais, Lucas reconhece as dificuldades da pesca, destacando a dureza da profissão ao mencionar os acidentes que já enfrentou, incluindo ataques de piranhas e ferimentos causados por arraias. Os perigos inerentes ao trabalho na pesca e a necessidade de estar preparado para lidar com eles são evidentes.

Os perigos enfrentados pelo pescador demonstram uma resiliência admirável, continuando a trabalhar com amor, dedicação e atenção. Sua disposição para enfrentar os desafios da profissão, apesar dos riscos e das adversidades, reflete uma determinação inabalável em seu ofício e uma atitude positiva em relação ao trabalho. Como afirmou o pescador Divino, é essencial pescar com cautela e segurança para evitar riscos à vida.

“tem que saber pescar, qualquer vacilo, colocar a vida em risco, pescar é bom, mas com cautela, saber esperar o banzeiro, conferir a canoa se não vazamento, ter sempre um remo reserva e lanterna. Tem período que o pescador troca o dia pela noite, porque determinados peixes só pegam madrugada. Com todos os desafios eu me sinto bem na pesca, é dali que eu tiro o sustento da minha família”.

Outra questão relevante é a participação das mulheres nas atividades pesqueiras. Leli, compartilhou as experiências e destacou as dificuldades enfrentadas por mulheres nessa atividade.

“teve época que eu pescava a noite, hoje devido a idade eu pesco pela manhã cedinho até a boca da noite. Enfrento sol e chuva, mas é a minha profissão, toda profissão tem seus riscos. Eu fico realizada quando pago minhas contas e faço minhas despesas através do meu trabalho que é a pesca”.

As mulheres podem enfrentar barreiras adicionais na pesca, seja devido às condições físicas ou às normas de gênero que limitam seu acesso e participação na atividade. Apesar dos obstáculos, a pescadora demonstra uma capacidade notável de adaptação e perseverança. Leli ajustou sua rotina de pesca, agora pescando principalmente pela manhã devido à idade, mas

ainda enfrentando os elementos como sol e chuva para realizar seu trabalho. Essa adaptabilidade é uma característica comum entre os pescadores, que muitas vezes precisam se ajustar às condições em constante mudança do ambiente aquático.

Leli expressa orgulho em poder pagar suas contas e fazer suas despesas através do trabalho na pesca. Isso destaca a importância econômica da profissão para as comunidades ribeirinhas e ressalta o papel significativo das mulheres na contribuição para o sustento familiar e para a economia local.

Ao mencionar que “toda profissão tem seus riscos”, Leli reconhece implicitamente os perigos associados à atividade pesqueira, mas também os benefícios e as recompensas que ela proporciona. Essa visão equilibrada destaca a compreensão dos pescadores sobre a natureza desafiadora, mas gratificante, de sua profissão.

Diante do exposto, podemos reconhecer a resiliência, a determinação e o papel fundamental das mulheres na atividade pesqueira.

Sua história destaca a importância de valorizar as contribuições das mulheres para a sustentabilidade e vitalidade das comunidades pesqueiras. Corroborando com o exposto acima, Ana, explica que:

“pescar aliviam os estresses, lá eu esqueço os problemas da rua, tem gente que pensa que pescar é fácil, e as coisas não são assim, meus pais ensinaram todos os filhos a trabalhar seja na roça ou na pesca. Tenho muito orgulho da minha profissão e agradeço por conseguir trabalhar na pesca”.

Ana destaca a importância da pesca como meio de subsistência, forma de alívio ao estresse, fonte de orgulho e gratidão. Essa atitude reflete o vínculo emocional e identitário que os pescadores têm com sua profissão, além da apreciação pela oportunidade de ganhar a vida.

Mesmo assim, Ana, ao pontuar os benefícios, não descarta as adversidades da profissão e o aprendizado repassado pelos pais aos filhos, como a valorização do trabalho árduo e a transmissão de valores familiares. Ao mencionar que algumas pessoas pensam que pescar é fácil, o pescador destaca as complexidades envolvidas na atividade pesqueira.

As abordagens referentes aos riscos da profissão envolvem desde a perda de sono até a exposição solar em períodos inadequados, visando alcançar objetivos como a captura da maior quantidade de peixes.

Para que isso ocorra, é necessário enfrentar frio, calor, reduzir a carga horária de sono e alterar o horário da alimentação, situações que podem interferir na saúde em anos posteriores. No decorrer da entrevista o pescador Arnaldo explicou sobre a necessidade de adaptação:

“tem época que é necessário trocar o dia pela noite, para poder pegar os peixes, durante o dia a gente pesca vários tipos, alguns não é vendável, quando era rio, pescamos um Fiote, Dourada, Pirarara ou Branquinho, ficávamos

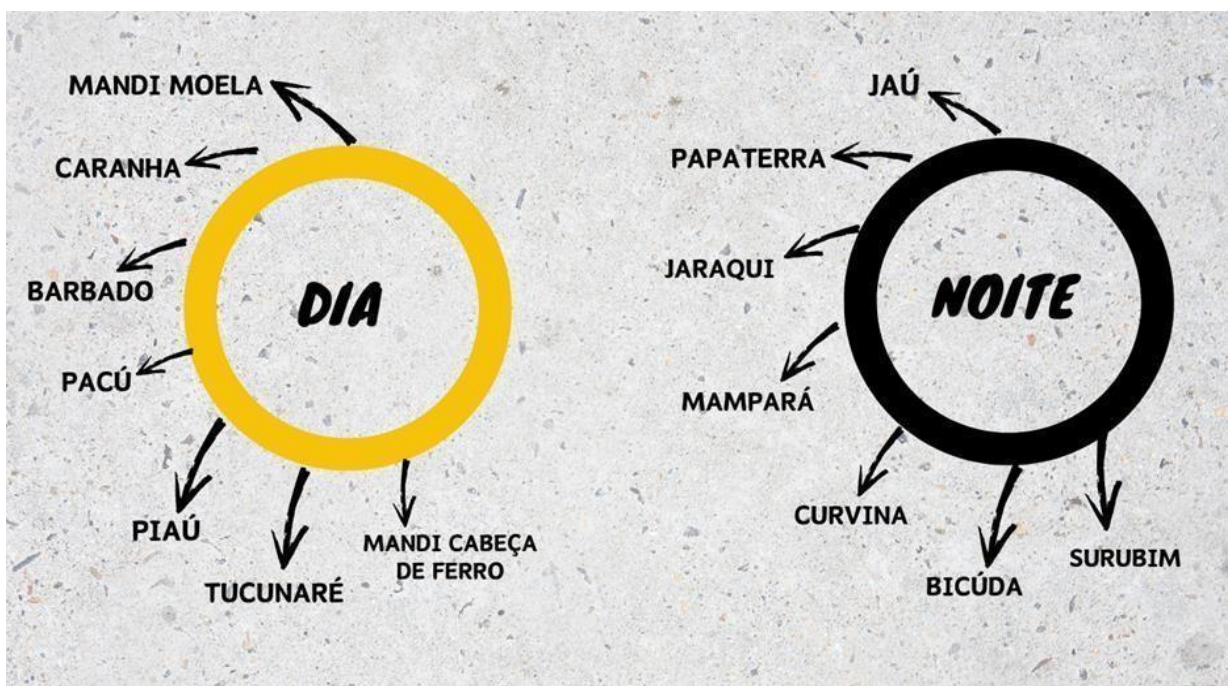
despreocupado, era peixe de 50 kg ou mais, agora com o lago, essas espécies sumiram”.

A fala de Arnaldo destaca uma realidade preocupante enfrentada pelos pescadores devido às mudanças ambientais, especialmente a transformação de um rio em um lago, que teve um impacto significativo na disponibilidade e na diversidade de espécies de peixes. O pescador menciona que espécies como Fiote, Dourada, Pirarara ou Branquinho, que eram comuns quando era um rio, agora desapareceram.

A mudança nas espécies disponíveis para pesca exigiu que os pescadores se adaptassem às novas condições. Ele menciona a necessidade de pescar durante a noite, sugerindo que os padrões de pesca precisam ser ajustados para se adequarem às mudanças no comportamento dos peixes. Essa adaptação é crucial para garantir a continuidade da atividade pesqueira e a subsistência.

A ausência das espécies mencionadas pelo pescador, que eram vendáveis e de grande porte, pode ter consequências econômicas significativas para os profissionais e suas famílias. A perda dessas espécies pode reduzir as oportunidades de renda e aumentar a insegurança alimentar nas comunidades pesqueiras.

Figura 6–Representação esquemática do período diurno e noturno propício para captura de determinadas espécies de peixe.



Fonte: elaborado pela autora (2024)

Outra condição enfrentada pelos pescadores envolve os acidentes no exercício da profissão, como os ferimentos provocados por ataques de peixes. Dentre os mais frequentes

estão lesões provocadas por peixes como arraias, piranhas, cachorra-facão, curvina, corró e outros. Na família dos répteis, estão os jacarés e as cobras.

Leli alerta sobre os cuidados e atenção dobrada: “Antigamente só tinha lanterna, as pilhas eram caras; colocava no sol para recarregar. Hoje temos cilibrins, que são necessários para retirar o peixe do anzol ou da rede, porque se aparece arraia ou piranha, no escuro o acidente é garantido.”

Observa-se uma diferença significativa entre as ferramentas de iluminação utilizadas anteriormente e as disponíveis atualmente, evidenciando a transição de lanternas alimentadas por pilhas, que eram caras e exigiam recarga solar, para os modernos cilibrins, equipamentos mais eficientes e específicos para a atividade de pesca.

Essa evolução tecnológica reflete como a pesca artesanal também se beneficia dos avanços tecnológicos, tornando-a mais segura e eficiente.

Entende-se que nem todos os pescadores possuem condições de adquirir o equipamento, submetendo-se aos perigos de pescar no escuro devido à necessidade de iluminação adequada para evitar acidentes com espécies perigosas como arraias ou piranhas.

À noite, a visibilidade é limitada, o que pode dificultar a navegação e aumentar o risco de colisões com galhos das árvores não retirados do lago, obstáculos submersos que causam acidentes.

Estudos, como o de Oliveira et al. (2016), destacam que a falta de iluminação adequada nas embarcações e a ausência de sinalização apropriada nas áreas de pesca aumentam os riscos de acidentes durante a noite.

A pesca noturna frequentemente exige longas horas de trabalho e esforço físico, o que leva à fadiga e à exaustão dos pescadores. A fadiga compromete a capacidade dos pescadores de tomar decisões seguras e reagir rapidamente a emergências, aumentando assim o risco de acidentes. Santos (2018) ressalta a importância de garantir que os pescadores tenham períodos adequados de descanso e recuperação entre as jornadas de pesca noturna.

Outro fator pontuado por Vilmar, um entrevistado que já falamos dele no início deste trabalho, refere-se às condições climáticas:

“as vezes estamos no rio tranquilo, e o tempo fecha, começa a ventar e bazerar, o pescador, tem que ficar atento, conduzir o barco com cautela, procurar ir o mais rápido para beirada, porque a chuva vem, daí tem que esperar a tempestade acalmar, para poder continuar a pesca”.

A fala do pescador Vilmar destaca os perigos enfrentados durante a pesca. Ele descreve a mudança do clima, quando o tempo passa de tranquilo para ventoso e tempestuoso, destacando a vulnerabilidade dos pescadores aos elementos naturais e os riscos associados à pesca em

situações climáticas imprevisíveis. A necessidade de conduzir o barco com cautela e procurar abrigo mostra como os pescadores precisam estar constantemente atentos e adaptar suas ações às condições do ambiente.

Essa ênfase na precaução reflete a consciência dos pescadores sobre os riscos associados à atividade pesqueira e a necessidade de tomar medidas para garantir sua segurança pessoal. A mudança repentina no clima pode afetar a produtividade, sendo necessário interromper as atividades para procurar abrigo. Isso evidencia os obstáculos adicionais enfrentados pelos pescadores devido à natureza imprevisível do ambiente aquático e do clima.

Para mitigar os riscos de acidentes durante a pesca noturna, são necessárias medidas de prevenção e segurança adequadas. Isso inclui investir em iluminação adequada nas embarcações, equipamentos de segurança como coletes salva-vidas e dispositivos de sinalização, e implementar protocolos de segurança rigorosos, como o uso de sistemas de comunicação de emergência.

Os profissionais, no exercício de sua profissão, tanto em Porto Nacional quanto em outras partes do Brasil, lidam com as variações climáticas e ambientais que afetam diretamente as atividades de pesca, tornando-as mais perigosas e imprevisíveis.

A pesca artesanal é considerada uma atividade de alto risco devido à precariedade dos equipamentos utilizados, ao elevado grau de insalubridade e à grande instabilidade na renda obtida pelos pescadores e seus dependentes (LOURENÇO, HANKEL & MANESCHY, 2006).

A pesca é uma profissão ainda vista como desfavorecida e subalterna. Baseando-se nas contribuições de Yazbek:

“[...] questões relacionadas às políticas estatais de corte social e ao enfrentamento da crescente pauperização das classes subalternas vêm se constituindo em temática cada vez mais presente nas análises e nos estudos de pesquisadores e profissionais envolvidos no campo das políticas sociais públicas [...]. A experiência da pobreza, da exclusão social e da construção da identidade subalterna, enfraquece a partir da mediação dos serviços assistenciais, constitui o centro analítico das reflexões” (YAZBEK, 2009, p. 16-29).

Os acidentes envolvendo ferimentos por ataques de peixes são mais comuns do que se imagina, e a literatura científica tem documentado diversos casos ao longo dos anos. De acordo com um estudo realizado por Mendes (2018), os pescadores estão sujeitos a serem feridos por peixes durante a manipulação das redes de pesca, na retirada dos anzóis ou no manuseio dos próprios peixes capturados. Lucas afirma ter cicatrizes de acidentes ocorrido durante a pesca:

“nas minhas mãos tem mordidas de piranhas, tem vez que os dedos estão todos furados dos espinhos dos peixes, até mesmo esporão de Mandi cabeça de ferro, cerria do Baiacú e Cari, nos pés esporadas de Arraias, quando isso acontece passo é dias sem trabalhar, tenho que esperar sarar”.



Lucas ressalta os perigos reais enfrentados pelos pescadores durante o exercício de sua profissão e a gravidade das lesões decorrentes dos ataques de peixes. A descrição evidencia a exposição dos pescadores a uma série de perigos físicos, incluindo mordidas de piranhas, espinhos de peixes e esporadas de arraias.

Nota-se a ausência de medidas de segurança adequadas na atividade pesqueira e a necessidade de implementar protocolos de segurança eficazes para proteger os trabalhadores contra esses riscos.

Além das lesões físicas, os ataques de peixes podem causar impacto na saúde mental e emocional dos pescadores. O trauma resultante desses incidentes pode levar a sintomas de estresse pós-traumático, ansiedade e depressão, afetando negativamente o bem-estar geral dos trabalhadores.

Isso destaca a importância de fornecer apoio psicológico e emocional adequado para os pescadores. No entanto, a colônia não possui estruturas voltadas para o atendimento dos profissionais lesionados no exercício da profissão.

Para reduzir o risco de ferimentos por ataques de peixes, é fundamental adotar medidas preventivas e intervenções adequadas. Segundo Silva (2018), a utilização de equipamentos de proteção individual, como luvas resistentes e botas antiderrapantes, pode ajudar a minimizar os danos causados pelos peixes.

Cabe enfatizar que a construção de empreendimentos hidrelétricos frequentemente desencadeia uma série de impactos ambientais, sociais e econômicos nas regiões onde são implantados. No caso específico da Usina Hidrelétrica de Lajeado, não foi diferente. Após a sua construção, surgiram dificuldades para as comunidades locais, especialmente para os pescadores que dependiam dos recursos aquáticos da região.

Houve um aumento na presença de algumas espécies de peixes, como lambaris e cascudos, que conseguiram se adaptar às novas condições do ambiente aquático. No entanto, outras espécies, como os dourados e os surubins, enfrentaram uma redução em suas populações devido às mudanças no fluxo dos rios e na disponibilidade de habitat.

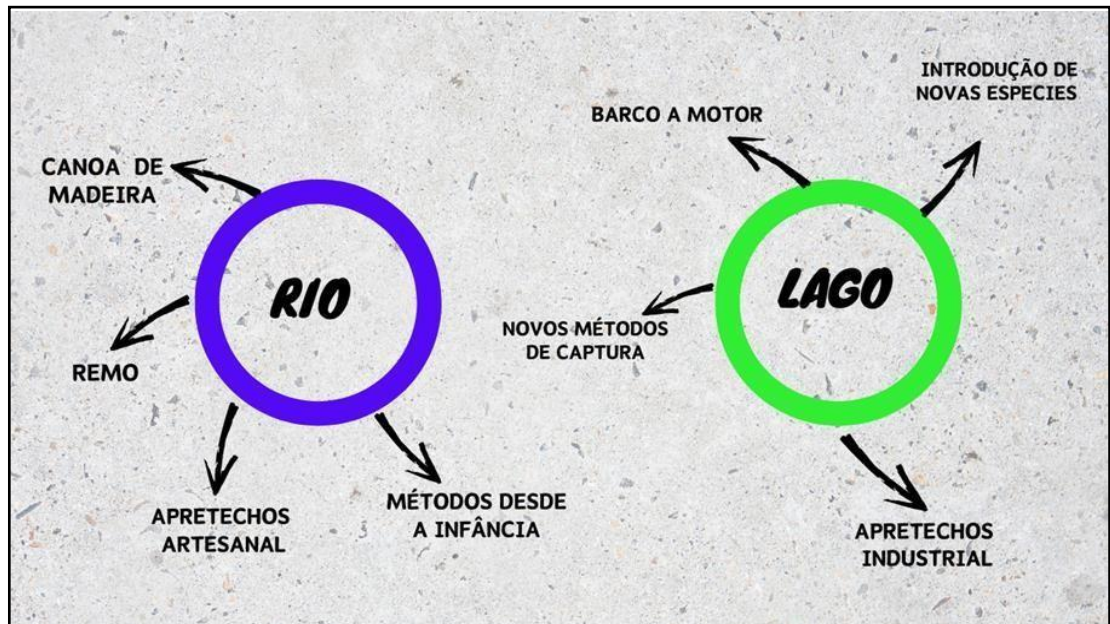
Essas alterações têm sido objeto de estudos recentes, como destacado por Silva et al. (2018), evidenciando a complexidade dos impactos causados pela construção de hidrelétricas e a necessidade de medidas de mitigação e gestão adequadas para lidar com tais consequências.

Além das mudanças na biodiversidade, a construção da Usina de Lajeado também trouxe impactos socioeconômicos para os pescadores da região.

De acordo com Santos (2019), muitos pescadores tiveram que se adaptar a novas técnicas de pesca devido à redução na captura de espécies. Além disso, a alteração no modo de pesca afetou os recursos pesqueiros, que vão além da simples fonte de proteína animal e de renda, incluindo aspectos da vida cotidiana dos pescadores.

Isso representa uma conexão que envolve valores culturais, morais, sociais, ambientais e políticos, destacando as mudanças provocadas pela construção do empreendimento hidroelétrico.

Figura 7–Representação esquemática das mudanças e adaptação para captura do peixe.



Fonte: elaborado pela autora (2024)

Os pescadores artesanais, sujeitos sociais e políticos, estão em constante processo de transformação, reagem às mudanças em seu meio como um mecanismo de luta e resistência contra o sistema capitalista de produção. Atualmente, a centralidade dos pescadores artesanais não é a competição de mercado; o que buscam é a subsistência.

Além disso, deve-se entender o sentido que o trabalho desempenha na vida da comunidade pesqueira transcende o aspecto econômico.

Além de suprir suas necessidades básicas, ele tem a função de organizar suas relações, sendo assim, compartilhando determinadas visões de mundo (D'ÁVILA; TORRES; VARGAS, 2011, p.3). O trabalho do pescador no Brasil é uma atividade laboral fundamentada não apenas para a reprodução social dos sujeitos que vivem do trabalho da pesca artesanal, mas também para a população em geral que consome os produtos comercializados por esses sujeitos.

Diante do exposto, observamos que o trabalho do pescador é a sua constituição identitária. Por isso, a resistência transcende a base econômica; para o pescador, o fundamental

é manter-se na atividade da pesca e não o faz sob condições imutáveis. Apesar da ligação, em determinado contexto, com a pequena agricultura, a prática da pesca artesanal consiste na principal atividade econômica desenvolvida pelos pescadores. O autor aponta ainda que:

se identificam com um grupo possuidor de uma profissão. Esta é entendida como o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao produtor subsistir e se reproduzir enquanto pescador. [...] O que caracteriza o pescador não é somente o viver da pesca, mas é sobretudo a apropriação real dos meios de produção; o controle do como pescar e o que pescar, em suma o controle da arte de pesca. O domínio da arte exige dele uma série de qualidades físicas e intelectuais que foram conseguidas pelo aprendizado na experiência, que lhe permitem se apropriar também dos segredos da profissão (DIEGUES, 1983, p. 197-198).

Esses profissionais encontram –se inseridos na sociedade, são sujeitos, exposto ao processo de constantes transformações, que necessitam adaptar-se ao meio (social, econômico, político e ambiental), resistindo aos desafios postos frente a profissão.

Os pescadores e pescadoras artesanais possuem o tradicional modo de viver e de lidar com a natureza; têm história e cultura de raízes profundas, que são passadas de geração para geração. A pesca é mais que uma profissão, é um modo de vida no qual o trabalho é livre e tem um regime autônomo e coletivo, extraindo da natureza somente o que ela é capaz de repor. Possuem, portanto, relação de transformação direta da natureza, com espiritualidade e mística, que suscitam respeito e cuidado. (TÓMAZ; MARQUES, 2014, p. 410).

A pesca artesanal é uma das mais antigas atividades exercidas no Brasil. Os pescadores desenvolvem a prática do conhecimento empírico, baseado na transmissão de saberes. Conforme Diegues, a pesca é um conjunto de “práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução do seu modo de vida” (2004, p. 32).

Para Gomes, a pesca na região amazônica é geralmente exercida por toda a família, desde os pais, tios, avós até os filhos. No exercício dessa atividade, os conhecimentos sobre as práticas da pesca são construídos e compartilhados no cotidiano dos grupos familiares (Gomes, 2020, p. 41).

Os pescadores utilizam uma variedade de técnicas tradicionais adaptadas às características específicas dos rios brasileiros. Isso inclui o uso de redes de malha fina, tarrafas, anzóis, espinhéis, armadilhas e cercos fluviais, entre outros métodos. Cada técnica é selecionada de acordo com o tipo de peixe alvo, as condições do ambiente e os recursos disponíveis.

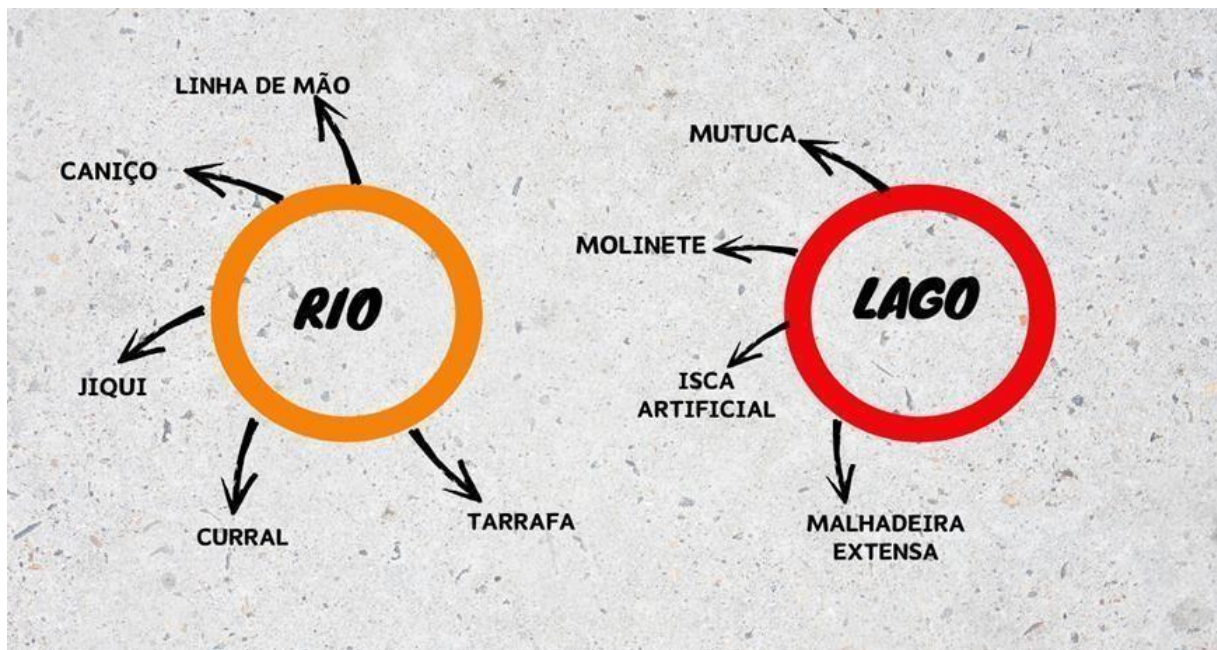
Esses pescadores tradicionais fazem observação direta da natureza, parte essencial do conhecimento, aprendendo a interpretar o meio ambiente, como correntes de água, padrões climáticos, comportamento dos pássaros, fases da lua e movimentação das marés, para

identificar os melhores locais de pesca e prever mudanças nas condições do ambiente aquático.

Eles também são hábeis na criação e uso de iscas naturais, como minhocas, insetos e pequenos peixes, e constroem e utilizam armadilhas e estruturas flutuantes, como boias e espinhel, para capturar peixes de forma eficiente e seletiva. Com um profundo entendimento dos ciclos naturais dos rios, incluindo as variações sazonais na disponibilidade de recursos, as épocas de desova das espécies e os períodos de cheia e seca.

Os saberes e métodos dos pescadores artesanais são transmitidos, esse sistema de repasses de conhecimento valoriza a experiência prática e a sabedoria acumulada ao longo do tempo, contribuindo para a preservação das tradições pesqueiras.

Figura 8– Representação esquemática das mudanças e adaptação dos apetrechos



Fonte: elaborado pela autora (2024)

Se tratando de pequenos produtores autônomos da pesca, cuja remuneração final é feita por porcentagem na produção, estipulada por intermediários que avaliam o preço do pescado, faz com que esses sujeitos fiquem reféns e mantenham-se numa relação paternalista de ajuda financeira ou assistência em momentos de necessidade da família (Diegues, Arefácio, 1983).

Durante as entrevistas, os pescadores mencionaram alguns peixes como corró, lampreia, cachorra-facão e sardinha, que não são vendáveis; na maioria das vezes são soltos. Cada espécie de peixe tem seu preço, sendo que uns são mais caros e outros mais em conta. Na maioria das vezes, vendemos para os atravessadores, que compram e revendem, às vezes vendem em casa.

Outro desafio é a exploração da região próxima à cidade. De acordo com um dos entrevistados, é preciso ir longe para alcançar os objetivos, pois as proximidades já estão saturadas. No decorrer da entrevista, o pescador Lucas citou as dificuldades enfrentadas para a

captura do pescado: “Tenho que levantar cedo porque o local onde pesco é longe. Levo bastante gelo para conservar os peixes. Se eu ficar por perto, corro o risco de não pescar nada.”

Nota-se que a necessidade de levantar cedo e levar bastante gelo para conservar os peixes evidencia as dificuldades logísticas enfrentadas pelos pescadores, como as distâncias a percorrer até os locais de pesca e a necessidade de investir em recursos como gelo para garantir a qualidade dos produtos.

Essas questões estão intrinsecamente ligadas à economia da pesca artesanal, onde pequenos detalhes logísticos têm impacto na viabilidade econômica da atividade.

A competição pelo acesso a áreas de pesca produtivas é outro desafio que pode ser intenso em locais onde há grande exploração dos recursos pesqueiros ou conflitos de uso do território, o que limita as oportunidades de pesca para os pescadores. A poluição dos rios e lagos afeta os ecossistemas aquáticos e prejudica a saúde dos peixes, impactando a subsistência dos pescadores.

Durante as entrevistas, observou-se que nem todos os pescadores têm o mesmo nível de conhecimento empírico sobre os recursos pesqueiros. O conhecimento pode variar de acordo com a região, a cultura local, a experiência individual e outros fatores. Portanto, é importante reconhecer que alguns pescadores têm um conhecimento mais abrangente do que outros.

Embora os pescadores possam ter um conhecimento valioso sobre os recursos pesqueiros, ele é limitado em sua abrangência e precisão, estando sujeito a viés pessoal e interpretações subjetivas.

As mudanças ambientais, como a poluição, a degradação do habitat, as alterações climáticas e a sobre-exploração dos recursos pesqueiros, afetam a dinâmica e a disponibilidade dos recursos pesqueiros, desafiando o conhecimento empírico dos pescadores e exigindo uma adaptação contínua por parte deles.

Embora o conhecimento empírico dos pescadores seja valioso, ele não deve ser visto como uma substituição para o conhecimento científico. Ambos os tipos de conhecimento têm suas próprias vantagens e limitações, e a combinação de ambos pode fornecer uma compreensão abrangente e precisa dos recursos pesqueiros.

A síntese dos resultados apresentados abaixo contém elementos utilizados durante o exercício da profissão, desde o processo de inserção até a permanência na atividade enfrentando um longo caminho. Isso inclui os conhecimentos e métodos empregados na captura do pescado, refletindo a interação entre os pescadores e o ambiente aquático, bem como os obstáculos que enfrentam.

Quadro<sup>8</sup> 1 -Sintetização dos resultados alcançados.

<b>Categoria Temática</b>	<b>Ideias Centrais</b>
Vida de Pescador: inserção e permanência	Incentivo, avó, pai, mãe; criança, remando, pescando. Não sei como seria sem a pesca, é satisfatório, me sinto bem, contato com a natureza, terapia, minha fonte de renda.
Atividade pesqueira em Porto Nacional – Rio Tocantins	Canoa e remo de madeira, conduru, anzol, caniço, linha de mão, espinhel, curral, jequi, para-peixe, redes: malhadeira e arrasto, arpão e tarrafa. 8 meses de pesca, 04 meses de piracema;
Atividade pesqueira em Porto Nacional – Reservatório da Usina Hidrelétrica	Barco, motor de popa, combustível, canoa de madeira, remos: madeira, plástico e zinco, anzol, caniço, linha de mão, espinhel, molinete, isca artificial, mutuca, redes: malhadeira e arrasto, tarrafa, 08 meses de pesca, 04 meses de piracema; Pesca com ou sem companheiro/a.
Saberes e métodos	Espécie do peixe: horário específico; fases da lua, condições climáticas e técnicas para captura.
Continuidade da Pesca Artesanal	Tradição, geração a geração, receio de acabar a pesca artesanal.
Desafios	Sol em excesso, chuvas fortes, ventanias: banzeiros ou maré, distância, alimentação, manuseio na captura de determinadas espécies, principalmente no período noturno.

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2024).

Outro aspecto importante dos saberes dos pescadores são técnicas de pesca tradicionais que foram desenvolvidas e refinadas ao longo do tempo, essas técnicas muitas vezes envolvem o uso de equipamentos simples e métodos artesanais, adaptados às características específicas de cada região.

Em síntese, os saberes utilizados pelos pescadores no exercício de sua profissão são vastos e multifacetados, abrangendo desde o conhecimento prático sobre os recursos pesqueiros até a compreensão das condições meteorológicas e sociais que influenciam a pesca. Valorizar e reconhecer esses saberes é essencial para promover a sustentabilidade das atividades pesqueiras e o bem-estar das comunidades pesqueiras.

Os métodos de pesca tradicional foram desenvolvidos ao longo do tempo, esses métodos variam de acordo com as características geográficas, climáticas e biológicas de cada região.

Oliveira et al. (2018) destacam a diversidade de métodos tradicionais, incluindo a pesca com redes, armadilhas, anzóis, lanças e outras técnicas artesanais adaptadas às condições locais.

<sup>8</sup> Síntese dos temas: vida de pescador, processo de inserção e permanência na pesca; saberes e métodos para captura do pescado.

Os pescadores também fazem uso de tecnologias de pesca adaptadas às suas necessidades e recursos disponíveis, observando-se o uso de embarcações simples como canoas e pequenas embarcações a motor, além do emprego de equipamentos modernos.

Uma tendência emergente na pesca artesanal é a integração de conhecimentos locais dos pescadores com o conhecimento científico, colaborando como cientistas em projetos de pesquisa e monitoramento dos recursos pesqueiros, contribuindo com observações e experiências únicas que complementam os dados científicos tradicionais.

Valorizar e reconhecer a importância desses métodos é fundamental para promover a sustentabilidade das atividades pesqueiras e o bem-estar das comunidades envolvidas.

Durante as entrevistas, foi observada a participação das mulheres na atividade pesqueira. Atualmente, há a presença de 19 mulheres vinculadas à colônia, sendo que duas chamaram a atenção por exercerem a profissão de maneira individual, sem auxílio de terceiros.

As demais trabalham auxiliando os companheiros, seja na captura, no trato, na comercialização ou na confecção e manutenção dos apetrechos.

As entrevistadas, Ana e Leli, compartilham suas experiências na pesca artesanal. Ana, solteira, com 47 anos de idade, e Leli, também solteira, com 49 anos, são chefes de família e obtêm sua subsistência através da pesca.

Elas enfrentam condições de trabalho degradantes e são expostas a atividades que oferecem poucas condições adequadas, incluindo momentos de opressão e subalternidade.

As mulheres estão conseguindo superar e alcançar seus objetivos. Elas pescam, mas algumas técnicas e métodos são desafiadores para usar.

Leli mencionou as dificuldades em manusear os apetrechos:

“Às vezes é difícil trabalhar com a tarrafa ou espinhel porque exigem força, que nem sempre tenho. Outra dificuldade é carregar os peixes; coloco no saco ou na caixa de isopor, é bastante peso e tenho que levar por partes”.

Ao mencionar que algumas técnicas e métodos são restritos às mulheres pescadoras, perpetua-se estereótipos de gênero que limitam as mulheres a certos papéis ou atividades no setor pesqueiro. Leli destaca as dificuldades enfrentadas na pesca, como a falta de força física para manusear certos equipamentos e o desafio de carregar peixes pesados ou uma grande quantidade deles.



Figura 10 – Pescadora artesanal no exercício da profissão.



Fonte: acervo da autora (2022)

Ao ouvir relatos de pescadoras como Leli, é crucial reconhecer e abordar as dificuldades enfrentadas durante o exercício da profissão. É importante reconhecê-las e valorizar as contribuições para a subsistência das famílias.

Isso requer mudança de mentalidade que reconheça o trabalho das mulheres na pesca. Por esse motivo, enfatizamos a participação das mulheres responsáveis pelo domicílio, que precisam realizar atividades domésticas além de buscar trabalho para gerar sustento e renda familiar.

Durante a conversa com Ana, ela afirmou que pesca desde a infância, mencionou a exaustão após a atividade e, diferente de outras mulheres pescadoras, Ana é a provedora da família.

“Pesco desde criança, não é fácil trabalhar na pesca, tem dia que sinto exausta, mas não posso parar, é de onde vem o sustento, tem muitas mulheres que está associada na colônia, mas não coloca a mão na massa, fica só nos cuidados do peixe, tratar, armazenar e vender, eu vou pra lida, dia e noite, pesco, trato e vendo”.

Ao mencionar que muitas mulheres associadas à colônia não “colocam a mão na massa” e ficam apenas nos cuidados do peixe, nota-se a divisão desigual do trabalho na profissão, onde as mulheres são frequentemente relegadas a tarefas domésticas e de apoio, enquanto os homens realizam o trabalho da pesca. Isso pode refletir normas de gênero arraigadas que limitam as oportunidades das mulheres na pesca.

Ana destaca a exaustão e as dificuldades de trabalhar na pesca, indicando que o trabalho é fisicamente exigente e pode ser emocionalmente desgastante. Esse reconhecimento



sugere a existência de barreiras significativas que as mulheres enfrentam no setor pesqueiro, incluindo acesso limitado a recursos e oportunidades, além de discriminação de gênero.

É crucial reconhecer e valorizar o trabalho árduo das mulheres na pesca, tanto no aspecto de cuidado dos peixes quanto no trabalho direto na pesca. É essencial considerar as questões de divisão desigual do trabalho, o empoderamento das mulheres para alcançar a igualdade de gênero na atividade pesqueira e a necessidade de reconhecimento e valorização de seu trabalho.

Isso contribui para uma abordagem mais inclusiva e equitativa para a participação das mulheres na pesca. Leli declarou ter enfrentado comentários inadequados por exercer a atividade pesqueira:

“Algumas pessoas já me chamaram de machão, porque trabalho no pesado, eu não ligo para os comentários, aqui em Porto, tem poucas mulheres que pescam sozinhas, por isso eles achavam estranho, nas reuniões da colônia, olhavam para mim de maneira estranha, hoje eles já me olham normal, sem discriminação”.

Os comentários inadequados feitos por pessoas da comunidade portuense, dirigidos a Leli, que incluem ser chamada de “machão”, sugerem a persistência de normas de gênero e estereótipos que associam certas atividades, como a pesca, à masculinidade.

Esses comentários refletem preconceitos arraigados na comunidade, que muitas vezes esperam que as mulheres se conformem a certos papéis tradicionalmente associados aos homens. Essas normas limitam as oportunidades das mulheres de participarem de certos setores ou ocupações consideradas tradicionalmente masculinas e perpetuam a ideia de que as mulheres não são capazes de desempenhar certos tipos de atividade.

O fato de que poucas mulheres em Porto pescam sozinhas nota a desigualdade de gênero no setor pesqueiro, onde as mulheres enfrentam barreiras significativas para participar plenamente da atividade. Isso inclui discriminação de gênero, acesso limitado a recursos e oportunidades, e falta de apoio da colônia.

A resposta de Leli aos comentários inadequados mostra sua resiliência e determinação em seguir sua paixão pela pesca, apesar das pressões sociais. Isso destaca a importância do empoderamento das mulheres, fornecendo-lhes o apoio necessário para superar obstáculos e alcançar seu potencial total no setor.

Leli menciona que os familiares reconhecem sua capacidade de superar e lidar com a situação. Isso ressalta a importância da conscientização e da educação para desafiar estereótipos de gênero e promover a igualdade de oportunidades para todos.

A presença das mulheres na pesca representa uma ruptura com os padrões tradicionais de gênero, que historicamente relegada às mulheres papéis domésticos e de apoio aos homens na atividade pesqueira.

Essas desigualdades de gênero se refletem em menor acesso a recursos, como embarcações e equipamentos adequados, e em oportunidades limitadas de participação em decisões importantes dentro das comunidades pesqueiras.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres na pesca é a sobrecarga de trabalho, conhecida como a “dupla jornada”. Além de exercerem suas atividades na pesca, elas também são responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidado com os filhos.

As mulheres na pesca frequentemente enfrentam dificuldades no acesso a recursos e capacitação necessários para aprimorar suas habilidades e aumentar sua produtividade. Embora as mulheres estejam cada vez mais presentes na pesca, sua atuação ainda é restrita a algumas técnicas e métodos que exigem menos força física.

Apetrechos como a tarrafa e o espinhel, que demandam maior vigor físico, podem representar problemas às mulheres, que nem sempre possuem a mesma força que os homens.

Entender por que as mulheres escolheram se envolver na pesca, e estereótipos de gênero associados à atividade, revela suas motivações e aspirações além disso, elas enfrentam na pesca, como acesso desigual a recursos, discriminação de gênero e equilíbrio entre trabalho e vida pessoal.

As mulheres muitas vezes detêm conhecimentos sobre técnicas de pesca tradicionais. Isso inclui o acesso igualitário a recursos, oportunidades e tomada de decisões, a eliminação de estereótipos de gênero e práticas discriminatórias que possam limitar o potencial das mulheres.

Portanto, explorar a condição da mulher como pescadora amplia nossa compreensão da atividade pesqueira, e contribui para promover a justiça social, a igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras.

Mesmo com os avanços, ainda existem obstáculos para aumentar a visibilidade das mulheres na pesca. As mulheres na pesca desempenham uma gama de funções e responsabilidades, na gestão financeira e no suporte emocional das famílias de pescadores.

Dessa forma, é perceptível a importância de conceder a visibilidade através de estudos direcionado ao público-alvo, enfatizando a importância dos saberes, narrativas, e os impactos ambientais e culturais, valorizando a pesca, como um dos patrimônios culturais da cidade, é enaltecendo a participação feminina na prática laboral pesqueira.

## 5 CONCLUSÃO

O objetivo da pesquisa foi analisar a colônia de pescadores em Porto Nacional, no período de 1999 a 2022, visando ampliar os estudos sobre uma demanda que envolve experiências profissionais e sociais de uma comunidade ribeirinha. Através do mestrado profissional em História das Populações Amazônicas, foi possível desenvolver a pesquisa intitulada “Pesca Artesanal em Porto Nacional - TO: Saberes e Desafios dos Pescadores”.

O estudo buscou responder indagações sobre a pesca artesanal, como a organização dos pescadores, os saberes e métodos enfrentados por esses profissionais. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que esses elementos estão intrínsecos à cultura e à identidade dos pescadores, o que demonstra uma resistência frente às mudanças ambientais, econômicas e políticas ocorridas ao longo das décadas.

Também não há uma literatura específica sobre a atuação dos pescadores, o que motivou o interesse em contribuir para o desenvolvimento desse campo de estudo, proporcionando visibilidade a esse grupo de trabalhadores.

O foco geográfico da pesquisa, Porto Nacional, localizado às margens do Rio Tocantins, revelou a relevância histórica e cultural para a pesca, afetada pela transformação do rio em lago devido à construção de uma usina hidrelétrica. Essa mudança exigiu dos pescadores uma adaptação de seus métodos de pesca.

Ao utilizar métodos como a História Oral, foi possível explorar os saberes tradicionais dos pescadores, transmitidos de geração em geração, e sua relevância para a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e a preservação da identidade cultural das comunidades ribeirinhas.

A pesquisa destacou a importância da pesca como fonte alimentar de renda, e a necessidade de políticas e práticas de manejo sustentável para garantir sua sobrevivência. Além disso, ressaltou-se a relevância das colônias de pescadores na defesa dos interesses dos trabalhadores.

No Brasil, a pesca artesanal é regulamentada<sup>9</sup>, que estabelece a política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca, visando promover o desenvolvimento sustentável dessas atividades.

Essa legislação tem como missão articular atores, consolidar uma política de Estado com inclusão social e contribuir para a soberania alimentar do país. Com foco no

---

<sup>9</sup> pela Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009

desenvolvimento sustentável, inclusão social e democratização do acesso aos recursos hídricos, essa política visa garantir a utilização plena e sustentável dos recursos aquícolas e pesqueiros.

Diante do exposto, é fundamental promover uma abordagem integrada e participativa na elaboração e implementação das políticas pesqueiras, dando voz às comunidades pesqueiras e considerando suas perspectivas e necessidades.

Isso requer políticas e estratégias que busquem um equilíbrio entre os interesses econômicos, a sustentabilidade ambiental e os direitos das comunidades pesqueiras, garantindo a conservação dos recursos pesqueiros a longo prazo.

A análise da organização dos pescadores através da colônia em Porto Nacional revela a complexidade e a importância desse modelo de estruturação para as comunidades pesqueiras. A liderança exercida por figuras proeminentes dentro das colônias desempenha um papel fundamental na coordenação das atividades pesqueiras, na resolução de conflitos e na representação dos interesses dos pescadores perante as autoridades.

Muitas vezes surgindo organicamente da própria comunidade, essas lideranças são reconhecidas e respeitadas devido à sua experiência, habilidades de negociação e comprometimento com os interesses coletivos.

A colônia de pescadores é influenciada por tradições culturais locais e políticas governamentais específicas para a região, além de movimentos sociais voltados para a defesa dos direitos dos pescadores e a conservação dos recursos pesqueiros.

Essas influências moldam a forma como a colônia é organizada e como suas atividades são conduzidas, afetando tanto a dinâmica interna da comunidade quanto suas relações com outras entidades externas.

A formação e estruturação das colônias de pescadores muitas vezes são resultado de mobilizações e demandas dos próprios pescadores, que buscam organizar-se para garantir seus direitos. As assembleias e reuniões das colônias são espaços importantes para discutir e deliberar sobre questões relevantes, bem como para organizar ações coletivas em busca de soluções.

Embora os critérios para ingresso em uma colônia possam variar, geralmente refletem uma combinação de considerações práticas, sociais e culturais. No entanto, é importante questionar criticamente como esses critérios podem afetar a equidade, a justiça social e a sustentabilidade das comunidades pesqueiras, buscando promover uma gestão verdadeiramente inclusiva e sustentável dos recursos pesqueiros.

Apesar de sua importância socioeconômica e cultural, os pescadores associados às colônias enfrentam vulnerabilidades, como condições de trabalho precárias e incerteza

econômica. Nesse contexto, é essencial representar os interesses e necessidades dos pescadores junto às autoridades governamentais e instituições públicas, defendendo políticas e programas que beneficiem as comunidades pesqueiras.

A pressão sobre os recursos pesqueiros, os conflitos de uso do território e os impactos das mudanças climáticas. A união dos pescadores em torno das colônias fortalece sua voz coletiva e sua capacidade de influenciar políticas e regulamentações relacionadas à pesca.

Além disso, pertencer a uma colônia proporciona acesso a benefícios sociais, serviços essenciais e compartilhamento de conhecimentos e experiências entre os membros da comunidade, promovendo um senso de solidariedade e apoio mútuo.

O movimento dos pescadores e pescadoras desempenha um papel crucial na defesa dos direitos, interesses e condições de trabalho dessas comunidades, promovendo a sustentabilidade das atividades pesqueiras e o bem-estar das comunidades envolvidas.

Assim, a organização das colônias de pescadores em Porto Nacional e em outras regiões brasileiras é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e inclusiva.

Diante da complexidade e da importância da pesca nos rios brasileiros, é evidente que essa atividade desempenha um papel vital na subsistência, na economia local e na preservação da identidade cultural de diversas comunidades. Ao longo dos séculos, a pesca tem sido uma prática ancestral, transmitida de geração em geração e adaptada às condições locais e aos recursos disponíveis.

Ela enfrenta desde a pressão sobre os recursos pesqueiros até a falta de acesso e infraestrutura adequadas. A competição com a pesca industrial, a degradação ambiental e as mudanças econômicas e sociais são apenas alguns dos obstáculos que os pescadores artesanais enfrentam em seu dia a dia.

Para garantir a sustentabilidade da pesca artesanal no Brasil, é fundamental adotar abordagens integradas e políticas públicas eficazes que promovam a gestão participativa, o desenvolvimento de práticas de pesca sustentáveis e o reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais.

Além disso, é crucial proporcionar acesso a financiamento e assistência técnica para que os pescadores artesanais possam modernizar suas embarcações e equipamentos, aumentando assim sua produtividade e competitividade no mercado.

Portanto, é necessário um esforço conjunto de governos, organizações da sociedade civil, cientistas e comunidades pesqueiras, atuais e futuros da pesca artesanal no Brasil. Somente através de uma abordagem colaborativa e sustentável será possível preservar essa

importante atividade para as gerações futuras, garantindo ao mesmo tempo a conservação dos ecossistemas aquáticos e o bem-estar das comunidades ribeirinhas.

No contexto da pesquisa, foram abordados temas como a legislação pesqueira, a organização dos pescadores por meio das colônias e os saberes e métodos utilizados na atividade pesqueira. Esses aspectos são fundamentais para compreender a complexidade da pesca artesanal no exercício de sua profissão.

A análise das técnicas de pesca nas diversas regiões do Brasil revela não apenas a diversidade e adaptabilidade das comunidades pesqueiras locais, mas também sua profunda ligação com o meio ambiente aquático e a herança cultural.

Na região Norte, onde a pesca é uma atividade fundamental para a subsistência das comunidades ribeirinhas, a prática artesanal reflete a necessidade econômica, a riqueza cultural e a dependência dos recursos naturais locais, compartilham com as populações amazônicas tradições, técnicas de pesca e desafios socioambientais similares.

A expansão de atividades como mineração e desmatamento também ameaça a sustentabilidade da pesca na região amazônica. Para garantir a continuidade dessa atividade vital e o bem-estar das comunidades ribeirinhas, são necessárias abordagens integradas que considerem tanto os aspectos ambientais quanto os socioeconômicos.

Isso inclui a implementação de medidas de conservação e manejo, o estabelecimento de áreas protegidas, a regulamentação da pesca, o envolvimento das comunidades locais na gestão dos recursos hídricos e o fortalecimento das políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável.

Além disso, é crucial reconhecer e valorizar o papel das mulheres na pesca artesanal, superando estereótipos de gênero e promovendo sua participação ativa nas atividades pesqueiras e nas decisões que afetam suas vidas e comunidades.

A legislação para a pesca artesanal nos rios brasileiros, tanto em nível federal quanto estadual, é fundamental para garantir a conservação dos recursos pesqueiros e o sustento das comunidades ribeirinhas. No entanto, é necessário garantir não apenas a existência dessas leis, mas também sua implementação efetiva e a participação das comunidades locais em sua elaboração e fiscalização.

A Colônia de Pescadores Porto Real Z-4 de Porto Nacional (precisa adotar um único nome da colônia e repetir ele durante o decorrer de seu trabalho), fundada em 10 de fevereiro de 2005, desempenha um papel crucial na representação e organização dos pescadores artesanais da região. Sua importância é evidenciada não apenas pela sua fundação, mas também pelo apoio governamental e pela doação de terreno para sua sede.

No entanto, a falta de recursos financeiros e apoio governamental é um desafio significativo que a colônia enfrenta, dificultando a implementação de projetos e programas para melhorar as condições de trabalho dos pescadores e promover o desenvolvimento socioeconômico das comunidades pesqueiras.

Além disso, a pressão ambiental e a degradação dos ecossistemas aquáticos representam ameaças constantes para a atividade pesqueira e a subsistência dos pescadores. A falta de conhecimento formal entre os membros da diretoria também é mencionada como um desafio adicional, afetando o andamento das ações da colônia.

A colônia desempenha um papel vital na concessão de benefícios sociais importantes para os pescadores, como o seguro-defeso, aposentadoria, auxílio-doença e auxílio-maternidade.

No entanto, há obstáculos burocráticos e culturais que impedem alguns pescadores de acessar esses benefícios, como a falta de registros de concessão do auxílio-doença e do auxílio-maternidade em Porto Nacional.

As reuniões dos associados são eventos regulares onde acontecem os repasses de informações pertinentes à pesca, aos direitos dos pescadores e a outras informações relevantes. No entanto, a participação de todas as categorias de associados nem sempre é garantida, o que pode dificultar os repasses de informações e a contribuição coletiva ao grupo.

A transparência na gestão dos recursos e a prestação de contas são elementos essenciais para garantir a confiança dos associados e promover uma governança participativa e responsável. No entanto, alguns pescadores podem deixar a colônia devido a discordâncias na condução dos repasses das prestações de contas e nos valores solicitados para manutenção.

Destarte, a pesca artesanal no Brasil oferece oportunidades para práticas de pesca sustentáveis, conservar os ecossistemas aquáticos e preservar as tradições culturais das comunidades ribeirinhas. Com o apoio adequado e o engajamento das partes interessadas, é possível construir um futuro em que a pesca artesanal continue a ser uma fonte de vida e sustento para as gerações futuras.

Durante a pesquisa, ficou evidente que as colônias de pescadores desempenham um papel fundamental na representação dos interesses dos trabalhadores pesqueiros, além de proporcionarem benefícios sociais importantes, como seguro-defeso e aposentadoria.

No entanto, também identificamos desafios significativos enfrentados por essas comunidades, incluindo a falta de recursos financeiros.

Comparando nossos resultados com trabalhos anteriores, esta pesquisa oferece uma análise aprofundada da situação específica da colônia de pescadores em Porto Nacional. Enquanto alguns estudos se concentraram nos aspectos socioeconômicos da pesca artesanal, a investigação abordou questões relacionadas à organização comunitária e à legislação pesqueira.

Com os avanços proporcionados por esta pesquisa, reconhecemos que há áreas que ainda não foram totalmente exploradas e que oferecem oportunidades significativas para estudos futuros. Uma dessas áreas é a análise dos impactos das mudanças climáticas na pesca artesanal.

Além disso, seria de grande relevância investigar detalhadamente a participação das mulheres na pesca artesanal e as barreiras específicas que elas enfrentam, considerando aspectos de gênero e inclusão social.

Outro ponto importante a ser considerado em pesquisas futuras é o papel das parcerias entre as colônias de pescadores, o governo e a sociedade civil na promoção da sustentabilidade da pesca artesanal.

Além disso, sugerimos que futuras pesquisas explorem os aspectos culturais da pesca, como a transmissão de saberes tradicionais entre as gerações e o papel da pesca na identidade das comunidades ribeirinhas.

Por fim, a pesquisa representa um ponto de partida para a compreensão mais aprofundada da pesca artesanal em Porto Nacional e em outras regiões amazônicas.

Há ainda muitas lacunas a serem preenchidas e novas questões a serem exploradas, no que diz respeito aos impactos das mudanças estruturais, às políticas de desenvolvimento regional e à integração dos conhecimentos científicos e tradicionais na gestão dos recursos naturais.

Portanto, é fundamental que os esforços de pesquisa e de intervenção continuem sendo direcionados para o fortalecimento da colônia de pescadores em Porto Nacional e em outras localidades amazônicas, visando superar desafios e contribuir para a construção de um futuro justo e equitativo.

A pesquisa destacou a importância da colaboração entre diferentes partes interessadas a superar as dificuldades da pesca artesanal. Explorar mais a fundo as dinâmicas dessas parcerias e como elas podem ser fortalecidas para promover a sustentabilidade seria uma área frutífera de investigação.

Portanto, embora a pesquisa tenha lançado luz sobre diversos aspectos da pesca artesanal em Porto Nacional, há muito mais a ser explorado, sugerindo um vasto campo de possibilidades para estudos futuros e intervenções práticas.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. R. **Desafios e perspectivas da pesca artesanal no Estado do Tocantins**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Tocantins, 2017.

ALMEIDA, R. S. **Participação social na elaboração de normativas para a pesca artesanal: estudo de caso em um estado amazônico**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, 2019.

ALMEIDA, R. S. **Pressões ambientais e ameaças à atividade pesqueira: o caso da Colônia Z 04 de Porto Nacional**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Tocantins, 2020.

ANGELINI, R. “**Desafios e perspectivas da pesca artesanal no Brasil**”. Revista Brasileira de Ciências do Mar, 25(2), 123-135, 2020.

AUDRIN, José Maria. **Entre sertanejos e índios do Norte**. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

BARBOSA, L. F. A. **Lei nº 11.959/2009 e seus impactos na pesca artesanal brasileira**. Revista Brasileira de Direito Ambiental, 25(2), 78-92, 2017.

BARBOSA, L. A. A. et al. **Pesca artesanal na Amazônia: desafios e potencialidades**. Acta amazônica, 48(2), 97-106, 2018.

BOSI, Ecléa. **Memórias e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.html).

. **Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Diário Oficial da União, Poder Executivo. Brasília, DF, 26 nov. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.779compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779compilado.htm). Acesso : 10 set. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 8.425 de 31 de março de 2015**. Regulamenta o parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira.

CARVALHO, A. “**Produção e Comercialização da Pesca Artesanal no Brasil**”. Revista Brasileira de Economia Pesqueira, 15(2), 87-101, 2019.

CRONA, B. “**Conhecimento ecológico local e pesca artesanal: uma análise integrativa**”. Journal of Environmental Studies, 42(3), 321-335, 2018.

- CRUZ, A. **“Desenvolvimento socioeconômico das comunidades de pescadores: desafios e perspectivas”**. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, 7(2), 123-135, 2020.
- DIEGUES, A.C. 1983. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática.
- FERREIRA, M. **“Políticas Públicas para a Pesca Artesanal no Brasil: Desafios e Oportunidades”**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Norte, 2018.
- FOSCHIERA, Atamis Antonio; PEREIRA, Adeliene Dias. **Pescadores do Rio Tocantins: perfil socioeconômico dos integrantes da colônia de pescadores de Porto Nacional (TO)**. Interface, Porto Nacional, n. 7, p. 93-105, 2014.
- FREITAS, C. E. D. C.; RIVAS, A. A. F. **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Ocidental**. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 30-32, 2006. ISSN 2317-6660.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Lei Complementar n.º 13, de 18 de julho de 1997**. Dispõe sobre regulamentação **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, Sâmyla Tássia Valadares, (2020). **Nem precisava de rede! De linha de mão se munia de peixes: conhecimento tradicional e entraves pós-barragens na pesca artesanal em relatos dos pescadores da COPEMITO**. Dissertação (Mestrado) Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins.
- GOMES, C. A., Santos, M. L., & Oliveira, R. F. **Medidas de conservação e manejo para a sustentabilidade da pesca artesanal em rios brasileiros**. Revista Brasileira de Estudos Ambientais, 15(2), 87-102, 2020.
- GOMES, R. **“Impactos das Mudanças Climáticas na Pesca Artesanal Brasileira”**. Revista de Estudos Ambientais, 12(1), 45-58, 2020.
- HAZIN, F. **“Impactos da pesca industrial na pesca artesanal brasileira”**. Revista de Estudos Marinhos, 10(1), 45-58, 2017.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.
- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ªed. São Paulo: Atlas 2003.
- LIMA, M. **Mulheres na Pesca Artesanal: Contribuições e Desafios**. Revista de Estudos Marinhos, 9, 30-45, 2016.
- \_\_\_\_\_. **“Governança e Sustentabilidade na Pesca Artesanal do Nordeste do Brasil”**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Nordeste, 2021.
- LIMA, R. S. **Desenvolvimento comunitário e câmara frigorífica: o caso da colônia de pescadores de Porto Nacional**. Revista de Desenvolvimento Social, 9(2), 45-60, 2017.

\_\_\_\_\_ **Representatividade da Colônia Z-4 na defesa dos interesses dos pescadores: um estudo de caso em Porto Nacional.** Revista de Desenvolvimento Comunitário, 13(2), 60-75, 2019.

\_\_\_\_\_ **Impacto das decisões tomadas nas reuniões dos associados da Colônia Z 04: um estudo de caso.** Revista de Gestão Ambiental, 16(1), 102-115, 2020.

MMASSAMBA, Sandra Fazenete Picardo. **A pesca artesanal e suas contribuições para o desenvolvimento local: uma análise comparativa dos Distritos de Icoaraci-Belém (PA)-Brasil e Vilankulo-Inhambane Moçambique /** Sandra Fazenete Picardo Massamba. - 2016.

MAB - **Movimento dos Atingidos por Barragens** – Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens –São Paulo. 2013, [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br).

MARTINS, Mary Lourdes Santana; ALVIM, Ronaldo Gomes. **Perspectivas do trabalho feminino na pesca artesanal: particularidades da comunidade Ilha do Beto, Sergipe, Brasil.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 11, n. 2, p. 379-390, 2017.

MENDES, R. **Acidentes de trabalho entre pescadores: uma análise dos riscos e medidas preventivas.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 43(2), 30-45, 2018.

MESSIAS, Noeci Carvalho. **Porto Nacional: patrimônio cultural e memória. Goiânia.** Ed. da PUC Goiás, 2012. 196p. Mestrado em Geografia – Universidade Estadual Paulista.

MIRANDA, Eva Barros. **Do protagonismo à invisibilidade: o pescador profissional e a regulamentação da pesca no Estado do Tocantins.** Palmas, TO: UFT, 2016. 98 p.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração /** Maxwell Ferreira de Oliveira. Catalão: UFG, 2011. 72 p.

OLIVEIRA, J. **“Políticas públicas para a pesca artesanal no Brasil: desafios e oportunidades”.** Revista de Políticas Públicas, 8(2), 87-102. (2018).

OLIVEIRA, R. **“Impactos da pesca industrial na pesca artesanal brasileira: uma análise histórica”.** Revista Brasileira de Ciências do Mar, 20(1), 53-67, 2016.

\_\_\_\_\_ **“Técnicas de pesca artesanal no Sul do Brasil: adaptação ao ambiente marinho temperado”.** Revista de Estudos Marinhos, 15(1), 87-102, 2020.

RESENDE, E. K. de. **A pesca em águas interiores.** 2006. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online>>. Acessado 12/02/2021.

RODRIGUES, S. **“Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal: Perspectivas e Desafios para o Brasil”.** Tese de Doutorado, Universidade Federal do Sul. 2021.

SANTOS, G. M. dos; SANTOS, A. C. M. dos. **Sustentabilidade da pesca na Amazônia. Estudos Avançados,** São Paulo, v. 19, n.54, p. 165-182, 2005. ISSN 1806-9592, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10076>>. 13/02/2021.

SANTOS, M. “**Desafios socioeconômicos da pesca artesanal no Brasil contemporâneo**”. Cadernos de Ciências Sociais, 25, 89-104, 2019.

SANTOS, L. “**Acesso a Recursos e Infraestrutura na Pesca Artesanal Brasileira: Um Estudo de Caso**”. Journal of Fisheries Management, 10, 87-102, 2017.

SANTOS, F. “**Segurança dos pescadores artesanais: desafios e soluções**”. Journal of Maritime Safety, 25, 321-335, 2018.

\_\_\_\_\_. “**Pesca artesanal na Amazônia: integração com as práticas de subsistência das comunidades ribeirinhas**”. Revista Brasileira de Pesca Artesanal, 12, 45-58, 2020.

SILVA, João da. “**Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal: Desafios e Perspectivas**”, Revista Brasileira de Pesca Artesanal, 2018.

SILVA, J. “**Evolução histórica da pesca artesanal no Brasil: uma análise retrospectiva**”. Revista de História da Pesca, 45-60, 2017.

TOCANTINS. **Lei Estadual nº 858 de 26 de julho de 1996**. Cria o Instituto Natureza do Tocantins e dá outras providências. Regulamentada pelo Decreto nº 311, de 23/08/96 - D.O nº 545 pag. 4655. Disponível em <https://central.to.gov.br/download/246028>, acesso em 12/09/2022.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar n.º 13, de 18 de julho de 1997**. Dispõe sobre regulamentação das atividades de pesca, aquicultura, piscicultura, da proteção da fauna aquática e dá outras providências. Palmas: Publicado no Diário Oficial nº 614.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar n.º 13, de 18 de julho de 1997**. Dispõe sobre regulamentação.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar n.º 13, de 18 de julho de 1997**. Dispõe sobre regulamentação.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar n.º 121, de 15 de março de 2019**. Publicado no Diário Oficial nº 5.324.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar n.º 13, de 18 de julho de 1997**. Dispõe sobre regulamentação, **Portaria de nº 171 de 01º de outubro de 2021**. Diário oficial do Estado, ato do poder executivo. 06 de outubro de 2021.

TÓMAZ, Alzení de Freitas; MARQUES, Juracy (org.). **Ecologias Humanas**. Feira de Santana, BA: UEFES, 2014. 462 p.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

## APÊNDICE A - SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Tema	Pesca Artesanal em Porto Nacional - TO
Componente Curricular	História
Duração	03 aulas
Público Alvo	Ensino Médio
Cronograma	Aplicação no 1º Semestre do Ano Letivo
Competência BNCC	Competência Específica 3
Autora	Meire Vania Ferreira Araújo Guimarães

A proposta da sequência didática sobre a pesca artesanal em Porto Nacional, é importante para operacionalizar conceitos fundamentais como temporalidade, memória, identidade, cultura, espaço, costumes, resistência e visibilidade. A pesca artesanal, prática ancestral e culturalmente rica, oferece uma vasta gama de oportunidades pedagógicas para explorar diferentes linguagens e narrativas que expressam conhecimentos, crenças, valores e práticas comunitárias.

### OBJETIVO GERAL

Promover a compreensão abrangente e crítica dos aspectos históricos, culturais, sociais e literários da pesca artesanal em Porto Nacional, enfatizando sua evolução, impacto socioeconômico e tradições, através de atividades de leitura, análise e produção textual.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estudar as origens e o desenvolvimento da pesca artesanal em Porto Nacional, identificando os principais marcos históricos e suas influências na prática pesqueira.
- Explorar as tradições culturais e sociais ligadas à pesca artesanal em Porto Nacional, investigando como as práticas moldam a identidade e os costumes das comunidades locais.
- Realizar a leitura e interpretação de textos informativos e literários sobre a pesca artesanal, desenvolvendo habilidades de análise crítica e compreensão textual.
- Produzir relatos ou ensaios sobre a temática da pesca artesanal, incentivando os alunos a expressarem suas ideias e opiniões de maneira coerente e estruturada, refletindo sobre a importância da pesca artesanal, técnicas, tradições e impacto social e econômico.

## **JUSTIFICATIVA**

A aplicação desta sequência valoriza os conhecimentos prévios dos estudantes, reconhecendo e incorporando suas vivências e experiências ao processo educativo, possibilitando desenvolver habilidades e competências essenciais. As atividades planejadas promovem o pensamento crítico, a resolução de problemas e a colaboração, elementos chave para o desenvolvimento dos discentes. Por exemplo, ao analisar as técnicas de pesca artesanal e sua evolução, os estudantes exercitam habilidades de pesquisa, interpretação e análise de dados.

## **COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 3 - BNCC**

Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

## **HABILIDADES**

**(EM13CHS302)** Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.

**(EM13CHS306)** Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (como a adoção dos sistemas da agrobiodiversidade e agroflorestal por diferentes comunidades, entre outros).

A sequência didática sobre a pesca artesanal em Porto Nacional – TO, pode englobar uma variedade de conteúdos que exploram diferentes disciplinas e aspectos culturais, históricos, ambientais e sociais, abaixo algumas sugestões de conteúdos a serem trabalhados:

- História da Pesca Artesanal em Porto Nacional, estudo das origens e desenvolvimento da pesca artesanal na região. A evolução das técnicas de pesca, análise de como as técnicas de pesca artesanal mudaram ao longo do tempo.
- Exploração das tradições culturais e sociais ligadas à pesca artesanal em Porto Nacional, estudo do impacto econômico e social da pesca artesanal na vida das comunidades locais. Análise da participação de homens e mulheres na atividade pesqueira e a divisão de tarefas.

- Leitura e interpretação de textos, análise de textos informativos e literários sobre a pesca artesanal. Produção textual, redação de relatos, artigos e ensaios sobre a temática.

Conceitos	História da Pesca Artesanal. Tradições culturais e sociais ligadas à pesca. Leitura, interpretação e produção de textos.
Metodologias	Aulas expositivas e dialogadas.
Recursos	Projektor multimídia, quadro branco e pincéis.
Duração sequência didática	03 horas aulas
Avaliação	Mantém avaliando o nível de aproveitamento, aferir o progresso e dificuldades, em relação ao objetivo e aos conteúdos específicos, podendo ser modificada a metodologia de ensino e adequação dos instrumentos de verificação de aprendizagem.

### BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: [basenacionalcomum.mec.gov.br](http://basenacionalcomum.mec.gov.br). Acesso em: 06/06/2024

FOSCHIERA, Atamis Antônio; PEREIRA, Adeliene Dias. **Pescadores do Rio Tocantins: perfil socioeconômico dos integrantes da colônia de pescadores de Porto Nacional (TO)**. Interface, Porto Nacional, n. 7, p. 93-105, 2014.

GOMES, Sâmyla Tássia Valadares, (2020). **Nem precisava de rede! De linha de mão se munia de peixes: conhecimento tradicional e entraves pós-barragens na pesca artesanal em relatos dos pescadores da COPEMITO**. Dissertação (Mestrado) Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins.

MESSIAS, Noeci Carvalho. **Porto Nacional: patrimônio cultural e memória**. Goiânia. Ed. da PUC Goiás, 2012. 196p. Mestrado em Geografia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente-SP: UNESP, 1995.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. **Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil**. Etnográfica, v. 3, n. 2, p. 377-399, 1999.

## APÊNDICE B – CONVITE

### **PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES AMAZÔNICAS TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convido o Sr(a)\_\_\_\_\_ a participar, como voluntário(a), do estudo/pesquisa de mestrado intitulado(a): **Pesca Artesanal: Saberes e Desafios dos Pescadores em Porto Nacional - TO (1999 - 2022)**. Realizada pela mestranda Meire Vânia Ferreira Araújo Guimarães e orientada pelo Professor Dr. Marcelo Santos Rodrigues. O objetivo dessa pesquisa é entender as dinâmicas relacionadas à atividade pesqueira e a experiência de cada um no processo. Ressalto que a participação não é obrigatória, ficando ao seu critério manifestar a não participação.

Para maior esclarecimento, sua participação nesta pesquisa consistirá em participar do Grupo Focal e entrevista se necessário, com gravação de áudio, sobre o processo vivenciado, no que julgar necessário comentar, dentro das questões norteadoras deste trabalho. Também poderá se abster de responder a qualquer uma das questões que não se sentir à vontade para falar.

Seu nome não será divulgado e suas informações serão citadas por categoria de atores representantes. Poderemos ainda usar codinomes ou números representativos. Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa.



**Título da pesquisa: Pesca Artesanal: Saberes e Desafios dos Pescadores em Porto Nacional - TO (1999 - 2022).**

Nome

Filiação

Idade

Escolaridade?

Estado Civil

Com quem você aprendeu a pescar?

Quais os instrumentos utilizados nessa época?

Quais os instrumentos utilizados atualmente?

Quando criança, o peixe era comercializado ou era apenas para o sustento da família?

Nessa época tinha muito peixe?

Seus filhos são pescadores?

Você realiza outra atividade fora a pesca?

Como você via o rio Tocantins antes e como vê agora depois da barragem?

Por que alguns pescadores estão deixando a pesca artesanal e a colônia?

Vocês enfrentam alguma dificuldade

**CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO:**

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado (a) sobre o que o pesquisador pretende realizar e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, concordo em participar do estudo, ciente de que não vou receber nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que devo guardar. Nesses termos e ciente das razões/condições da pesquisa.

Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável, a quem você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Contatos do pesquisador responsável:

Meire Vania Ferreira Araújo Guimarães (mestranda do PPGHISPAM)

Telefone: (63) 98451 6320

E-mail: meireanag@gmail.com

Universidade Federal do Tocantins - UFT

Campus de Porto Nacional - TO

Porto Nacional – TO, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2024.

Entrevistador

Entrevistado